



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

LAÍS ALVES LUNA

O Jornal *A Federação* (1886-1889): uma perspectiva autoritária da República

**JOÃO PESSOA - PB
2025**

LAÍS ALVES LUNA

O Jornal *A Federação* (1886-1889): uma perspectiva autoritária da República

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal da Paraíba como exigência parcial para a obtenção do título de Bacharel(a) em Ciências Sociais.

Orientador(a): Prof. Dra. Luciana Aparecida Aliaga Ázara de Oliveira

LAÍS ALVES LUNA

O Jornal *A Federação* (1886-1889): uma perspectiva autoritária da República

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal da Paraíba como exigência parcial para a obtenção do título de Bacharel(a) em Ciências Sociais.

Orientador(a): Prof. Dra. Luciana Aparecida Aliaga Ázara de Oliveira

Data de defesa: 05/05/2025

Banca Examinadora:

Prof. Dra. Luciana Aparecida Aliaga Ázara de Oliveira – DCS/ CCHLA
Universidade Federal da Paraíba (Orientadora)

Prof. Dr. José Henrique Artigas de Godoy – DCS/ CCHLA
Universidade Federal da Paraíba (Examinador interno)

Doutorando Ananias Oliveira – PPGCS
Universidade Federal de Campina Grande (Examinador externo)

JOÃO PESSOA - PB
2025

“Deus reuniu todas as águas e deu nome de mar,
reuniu todas as graças e deu o nome de Maria.”

- São Luiz Grignon de Montfort

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, ao Senhor Deus, que por meio de seu Filho Jesus manifesta diariamente sua misericórdia em minha vida. Pela intercessão da Santíssima Virgem Maria, que me guia com ternura, e do meu anjo da guarda, que me protege nos momentos de dificuldade. Sou grata à Eles por me fortalecerem diante das tormentas, permitindo-me resistir aos desafios e superar minhas maiores preocupações. Ao amor infinito de Deus, que colocou em meu caminho pessoas maravilhosas, que foram essenciais para o meu desenvolvimento, amadurecimento e aprendizado. À Maria, minha Mãezinha do céu, que me conduz até Jesus por meio do terço e da devoção, sempre me amparando e orientando com seu amor materno.

Aos meus pais Adison e Fátima, que por meio do zelo e do amor por mim, me fizeram acreditar que eu conseguiria realizar qualquer sonho que eu quisesse sonhar. Ambos foram e são os meus confidentes, para quem recorro nos momentos de aflição e alegrias. Papai foi o responsável pela minha pretensão aos pensamentos que englobam a sociedade, a política e o mundo. Ele incentivou a leitura desde os meus primeiros anos de vida e o idealizador de uma das brincadeiras mais divertidas da minha infância: procurar palavras difíceis para uma criança no dicionário. Brincadeira essa que mais tarde viria a ser útil na vida escolar e acadêmica. Jamais esquecerei-me da sua felicidade quando ingressei no curso de Ciências Sociais. Enquanto mamãe ficou encarregada de florescer a minha criatividade, me ensinando que o mundo não é só analítico. Ela, como professora, me mostrou que a arte de ensinar não é exclusiva a uma sala de aula. Agradeço toda a bondade que meus pais tiveram comigo.

À minha única irmã de sangue, Ízalla. Apesar de termos temperamentos muitas vezes opostos, sem ela, minha vida teria sido solitária. Desde o meu nascimento, tem sido minha companheira inseparável, a pessoa capaz de enfrentar o mundo inteiro para me proteger. Foi também Ízalla quem trouxe para nossa família o meu cunhado Victor, um dos maiores presentes que a família Luna poderia receber. Hoje, considero-o como um irmão, conquistado pelo matrimônio e que se tornou uma parte essencial da minha relação com Ízalla.

Ao meu doce, generoso e amável namorado, Giordano. Sem ele, esse percurso de sobreviver aos desafios da vida iriam ser mais dolorosos e difíceis. O seu apoio é fundamental para realizar os meus sonhos. Sua fé em Deus, em Jesus e a devoção a Maria é uma das coisas que mais me fazem amá-lo, como também sua dedicação ao nosso relacionamento, aos nossos planos e a tudo o que faz por mim e para mim. Sua participação na minha vida foi imprescindível, principalmente nesses últimos meses. Meu amor, meu

melhor amigo e meu companheiro. Gostaria de mencionar também um agradecimento à varanda do seu apartamento, que por dias e dias passei sentada à mesa estudando e produzindo este trabalho. Cito também a participação dos meus sogros, Liana e Giordano, que foram pacientes e acolhedores nesse processo de escrita. A vó Ivanete, por ter me recebido como neta. Ao meu cunhado, Danillo e a minha concunhada Júlia, que prepararam cafés maravilhosos para me acompanhar durante os estudos, além das conversas a tarde que serviram de descanso.

Ao Belchior e à Paçoca, que trouxeram imensa felicidade e companheirismo. Meus filhinhos mais fofos e adoráveis, agradeço por todo amor que têm por mim. Nenhum outro cachorrinho poderia ocupar o lugar que eles têm no meu coração. Belchior com seu estresse maior que seu tamanho, conquistou a todos nós. Paçoca, com sua energia travessa, é puro amor em forma de bagunça.

Às minhas amigas que fiz durante a graduação de Ciências Sociais, Júlia e Clara. Que tornaram-se minhas amigas amadas, das quais considero irmãs que a vida me deu. São sete anos de amizade com companheirismo, auxílios, noites de vinho assistindo vídeos no Youtube de bandas que gostamos, confraternizações com nossas famílias, suporte absoluto em qualquer dificuldade e confidências. À Sofia e Joaquim, filhos da Júlia, que são dois grandes amores que tenho. Com os dois eu me senti uma verdadeira tia que ama, cuida e protege.

À minha família. À vovó Maria, que não deixou faltar nada pra mim em toda a minha vida. À vovó Lu que sempre cuidou de mim. Ao meu avô Dagoberto (Garoto), que foi como um pai para mim. Tia Dalva, que infelizmente não sendo oficialmente, fez o papel de madrinha em minha vida. Tio Geraldo, que com toda a sua sabedoria e temperança, me ensinou a ser líder desde a minha infância. Tia Marileide, que me ensinou a amar o conhecimento, a cultura e fazia os melhores passeios à beira mar comigo. Tia Lika, que me traz alegria e me inspira a viver a vida com mais leveza. Tia Amanda, que me mostrou a doçura de um amor materno. Tia Telma, com quem morei na adolescência por alguns meses em Miami, ela me ensinou a ser obstinada. Tia Antonieta e Tio Claudel, que juntos têm amor incondicional por mim. À Tia Marta e Tio Gerson, que estiveram presentes em todas as etapas da minha vida. Às minhas amadas primas que considero irmãs: Giuliana, Giovana e Júlia. Aos meus queridos e amados primos: Rafael, Lucas, Pignatário, Adamir, Gustavo e Gabriel. À todos os meus tios, tias e primos.

Aos meus amigos. Sobretudo aos meus amigos de infância: Tathiana e Ivan. Agradeço à Tathiana e à sua mãe, Nil, por me ampararem e acolherem, por me amarem e por me

“adotarem” durante a adolescência. Ao Ivan, que é um dos meus grandes amigos há 13 anos, que me ajudava nas provas da escola e me fez criar o instinto de irmã mais velha para protegê-lo. Aos meus amigos do coração que fiz durante a vida, Manguiera que *tentou* me ensinar matemática e Godoy que me ensinou que fazer pesquisa é prazeroso. Ambos estimularam minha veia acadêmica, levando os seus conhecimentos a milhares de quilômetros de distância da Universidade Federal da Paraíba. À Manuella, que é a prova viva de que amar é se regenerar. À Gabrielle, que há três anos fala comigo diariamente, sendo a amiga par de jarro e confidente.

À Crisma, por ter transformado minha vida de forma profunda, e ao EJC, por me presentear com experiências inesquecíveis. Gostaria de dedicar um agradecimento a minha família de Círculo do EJC, que estiveram sempre comigo. Especialmente à Marina e Maria Victória, que foram minhas confidentes inseparáveis. À Mayane, Anna, Rannya, Alice e Isadora, que são irmãs maravilhosas para mim. Ao meu irmão Gabriel, aos meus pais Alana e Balbino, que fizeram parte de decisões importantes da minha vida. Aos meus irmãos que não foram citados, mas que tiveram papel de destaque para a minha evolução.

Gostaria de agradecer também a minha psicóloga Antonia e a minha psiquiatra Maria de Lourdes, essas mulheres tiveram um papel primordial no meu processo de recuperação. Me orientaram nas decisões da minha vida e me deram apoio, como também para ser corajosa e enfrentar os meus medos. Foram fundamentais para que eu melhorasse minha relação comigo mesma, com minha família, com meus amigos e aprendesse a lidar com a ansiedade.

À minha orientadora, professora Dra. Luciana Aliaga, que tem sido uma verdadeira mentora ao longo da minha trajetória. Desde o primeiro semestre do curso de Ciências Sociais, foi minha inspiração como docente. Tive o privilégio de ser sua aluna, depois monitora, e agora orientanda. Sou profundamente grata por todo o conhecimento que compartilhou comigo, sempre com generosidade, sensibilidade e clareza. Sua dedicação ao ensino, sua escuta atenta, sua capacidade de instigar o pensamento crítico e seu compromisso com a formação humana e acadêmica fazem dela uma educadora excepcional. É uma honra tê-la como referência.

À banca examinadora, por ter se disponibilizado a ler este trabalho e contribuir generosamente com meu percurso acadêmico. Ao professor Dr. José Artigas, cuja atuação ao longo da minha formação foi essencial para despertar e fortalecer minha paixão pela Ciência Política. Ao colega de curso Ananias, que compartilhou importantes momentos de aprendizado no grupo de estudos “Militarismo, Cultura e Democracia no Brasil”, coordenado pela professora Dra. Luciana Aliaga.

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo analisar de que forma ideias autoritárias influenciaram a história política do Brasil nos anos que precederam 1889. Para isso, fizemos uma revisão bibliográfica a partir de artigos científicos e livros. Além disso, analisamos trechos selecionados do jornal *A Federação*. De modo mais específico, a construção deste Trabalho de Conclusão de Curso está voltada à compreensão da fundação da República por meio de um golpe militar defendido pelo Partido Republicano Rio-Grandense a partir do vínculo entre autoritarismo e militarismo, que se desvela quando analisamos o papel da imprensa na disseminação de ideias do soldado como cidadão. A análise desses processos busca, portanto, identificar a nevrálgia do autoritarismo e do militarismo no Brasil e seus impactos na formação da democracia moderna.

Palavras-chave: A Federação; Autoritarismo; Militarismo; Proclamação da República em 1889; Partido Republicano Riograndense; Questão Militar.

ABSTRACT

The present study aims to analyze how authoritarian political ideas influenced Brazil's political history in the years preceding 1889. To this end, we conducted a literature review based on scholarly articles and books. In addition, we analyzed selected excerpts from the newspaper *A Federação*. More specifically, the development of this Undergraduate Thesis is focused on understanding the founding of the Republic through a military coup supported by the Rio-Grandense Republican Party, based on the connection between authoritarianism and militarism, which becomes evident when examining the role of the press in disseminating the idea of the soldier as a citizen. The analysis of these processes thus seeks to identify the roots of authoritarianism and militarism in Brazil and their impacts on the formation of modern democracy.

Keywords: *A Federação*; authoritarianism; militarism; The Proclamation of the Republic in 1889; Rio Grande do Sul Republican Party; Military Question.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

PRR	Partido Republicano Riograndense
MUSECOM	Museu da Comunicação Hipólito José da Costa
Capes	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
2. OBJETIVOS DA PESQUISA	16
3. HIPÓTESES	16
4. METODOLOGIA	17
5. CAPÍTULO 1	18
6. CAPÍTULO 2	25
7. CAPÍTULO 3	35
8. CONCLUSÃO	46
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	48

1. INTRODUÇÃO

A imprensa foi um dos principais veículos de propagação de ideias políticas no Brasil do século XIX, desempenhando papel importante nos movimentos políticos centrais na construção da República, que, em função das condições históricas, foi também meio de propagação do autoritarismo. Em 1º de janeiro de 1884, começou a circular no Rio Grande do Sul o jornal "*A Federação*", órgão do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR).

O jornal foi uma resposta às demandas do movimento republicano, que crescia na província desde a década de 1870, em um cenário de acirramento das disputas políticas no Brasil. Destacou-se como um importante veículo de difusão das ideias republicanas em nível regional e nacional. Enquanto o Partido Liberal e o Partido Conservador se alternavam no controle do poder, ambos caracterizados por práticas autoritárias, o PRR surgiu como uma força de oposição inspirada no positivismo, com o objetivo de romper com o sistema monárquico e promover reformas estruturais. O jornal "*A Federação*" foi um dos principais instrumentos de mobilização do PRR, ajudando a divulgar suas ideias e conquistar apoio, não apenas entre a elite, mas também entre as classes urbanas e o colonato.

Sob a direção de Júlio de Castilhos, a partir de 1884, o periódico se consolidou como uma plataforma para o combate ao sistema monárquico e a promoção do republicanismo. Júlio de Castilhos que adotava o positivismo como base para a construção de um novo Estado e era conhecido por sua habilidade com a escrita, utilizou o jornal para articular um discurso firme em defesa da República, atacando os pilares da monarquia e argumentando pela necessidade de mudanças radicais na política brasileira. Além disso, exortava a centralização do poder e o fortalecimento do Estado como meios de garantir a ordem e o progresso, elementos centrais da ideologia republicana defendida pelo PRR.

Seus editoriais, ao longo da década de 1880, articulavam uma crítica contundente ao sistema monárquico, ressaltando suas falhas e promovendo a República como a solução para as crises enfrentadas pelo país. Essa campanha política, amplamente divulgada por meio do jornal, fazia parte de um esforço maior dos republicanos de criar uma base ideológica e mobilizar a opinião pública para a causa republicana. Nas páginas do periódico há uma abordagem pedagógica que esteve presente em uma série de artigos chamada de "*Os sofismas*". No começo de cada artigo dessa série eram apresentadas algumas premissas defendidas pela monarquia, que, em seguida, eram contra-argumentadas pelas propostas

republicanas, para fazer o leitor compreender que o sistema monárquico estava atrasando o desenvolvimento do Brasil (Rausch, F.; Hohlfeldt. A., 2007).

O papel da imprensa republicana, e especialmente *A Federação*, foi fundamental para a criação de uma opinião pública favorável à proclamação da República em 1889. Ao analisar o conteúdo do jornal por meio das pesquisas já produzidas, torna-se possível entender como a imprensa não apenas refletiu, mas também contribuiu ativamente para a transformação política do Brasil no final do século XIX.

O presente estudo tem como objetivo compreender de que maneira a ideia da necessidade da ação política dos militares esteve ligada aos processos autoritários, que alimentaram a intervenção militar que deu origem à República e moldaram a história política do Brasil entre 1870 e 1889. Para isso, fizemos uma revisão bibliográfica a partir de artigos científicos e livros. Além disso, analisamos trechos selecionados do jornal *A Federação*. A construção deste Trabalho de Conclusão de Curso busca compreender as ideias autoritárias que legitimaram uma ditadura temporária, sustentadas por uma forte estrutura militar e pela importante atuação da imprensa, fatores cruciais para a eclosão da Proclamação da República em 1889 como um golpe de Estado. A análise desses processos busca identificar a nevrálgia do autoritarismo no Brasil e seus impactos na formação da democracia moderna.

O autoritarismo não é uma característica inerente à sociedade, mas uma forma estruturada de organização do poder que se manifesta nas instituições e nas práticas sociais. Segundo Schwartzman (2007), esse conceito funciona como um "dicionário poderoso" para interpretar as relações hierárquicas que moldam a cultura política e organizacional do país. Dessa forma, o autoritarismo se revela não apenas em regimes políticos centralizadores, mas também em espaços como a educação e o trabalho, onde práticas de controle e obediência são naturalizadas. A compreensão do autoritarismo é essencial para identificar as bases de dominação presentes nas dinâmicas sociais e institucionais, especialmente naquelas que se articulam utilizando-se do militarismo como instrumento de manutenção da ordem e centralização do poder. Pela definição de militarismo, Aliaga (2024) entende que o militarismo é compreendido como um conjunto de ideias, práticas e movimentos pautados por valores militares, que influenciam a cultura política brasileira ao promover princípios de hierarquia, disciplina e centralização do poder.

O Brasil império enfrentava no final do século XIX uma profunda crise institucional, especialmente no Rio Grande do Sul, onde a centralização do poder imperial encontrou forte resistência. Essa crise foi catalisada pelo descontentamento das elites regionais e pelas emergentes ideias republicanas, que ganharam força ao se aliarem a expoentes do Exército e

resultarem no surgimento de vozes republicanas gaúchas, representadas por figuras como Francisco Xavier da Cunha e Joaquim Francisco de Assis Brasil, estes que, através de suas críticas ao governo imperial, revelavam o desejo por um sistema político descentralizado e republicano (Piccolo, 2010). Desse modo, a monarquia centralizada não conseguiu harmonizar os interesses regionais e as demandas por maior autonomia política, assim como a insatisfação com o Império, agravada pelas crises políticas e sociais, abriu caminho para a ascensão do republicanismo e a reorganização do poder, com uma forte influência militar, que se estenderia nas décadas seguintes. O militarismo, nesse cenário, não foi apenas uma questão de poder bélico, mas uma estratégia para reorganizar o poder político em torno de uma ideologia positivista e autoritária.

O Partido Republicano Riograndense (PRR), assim como ocorria no Rio de Janeiro e em São Paulo, utilizou a imprensa como principal veículo de propagação de suas ideias e de apoio social, contribuindo para a formação de uma sociedade moldada pelo militarismo e pelo autoritarismo (Miglioranza, 2007). Nesse cenário, o jornal do PRR, *A Federação*, dirigido por Júlio de Castilhos, desempenhou um papel central na disseminação dos ideais republicanos, utilizando-se de um discurso político que pretendia promover a centralização do poder nas mãos do PRR e na figura do líder militar. Com efeito, a propaganda republicana por meio do jornal foi essencial para o sucesso da transição política e para a legitimação da intervenção militar na política (Rausch, F.; Hohlfeldt, A., 2007).

Desde o período imperial, o Brasil enfrentou dificuldades em se consolidar como uma unidade política forte, em parte devido à vastidão territorial e à diversidade econômica das regiões. No entanto, após a proclamação da República em 1889, essas dificuldades se intensificaram, resultando no aprofundamento de uma estrutura em que o poder era concentrado nas mãos de elites regionais, especialmente dos grandes proprietários de terra.

De acordo com a autora Miglioranza (2007), o Exército não apenas desempenhou um papel essencial na deposição do regime imperial, mas também foi central na propagação da nova ideologia republicana. O PRR conseguiu articular-se com setores militares para consolidar sua influência. Neste cenário, o jornal *A Federação* se destacou como veículo de difusão de ideias, mobilização política e produção de consenso, promovendo uma ideologia de ordem e progresso que, ao mesmo tempo, justificava o uso da força militar como mecanismo de garantia da estabilidade política.

Esse processo de construção de uma República centralizadora e autoritária, ancorada no positivismo e no militarismo, encontrou seu ápice - após sua constituição em 1889 - durante a Revolução Federalista (1893-1895), quando o Exército foi diretamente envolvido

em conflitos políticos e militares. O PRR, sustentado por uma forte base militar e por sua doutrina positivista, enfrentou os federalistas, que se opunham à centralização de poder imposta por Castilhos e seus aliados. A Revolução Federalista representou um marco na consolidação do militarismo no estado e na justificativa de intervenções militares como salvaguarda da ordem pública. O discurso republicano foi moldado para combater os opositores federalistas e garantir a hegemonia do PRR. O apoio militar foi decisivo nesse processo e a Revolução Federalista consagrou a unidade entre a política e o militarismo na construção de um regime autoritário (Bueso, 2013).

Segundo Schwartzman (2007), o autoritarismo que se desenvolveu no contexto das últimas décadas do Império já dava mostras da extensão do controle exercido pelas elites regionais sobre a política local. Através do voto de cabresto e de uma estrutura de poder clientelista, essas elites garantiam sua posição dominante, enquanto o governo central, por sua vez, beneficiava-se da estabilidade proporcionada por essa aliança.

A análise da intervenção militar que fundou a República revela como esse evento foi menos uma ruptura com o passado e mais uma reconfiguração das relações de poder, em que as estruturas autoritárias e clientelistas do período imperial foram adaptadas e fortalecidas sob a República. As elites regionais continuaram a ser o pilar do sistema político brasileiro, perpetuando um modelo de dominação que dificultava a emergência de uma verdadeira democracia representativa (Schwartzman, 2007).

O estudo do autoritarismo no Brasil revela dinâmicas profundas que transcendem o campo puramente militar, estendendo-se a fatores políticos, sociais e ideológicos. Desde a proclamação da República, em 1889, o país experimentou uma série de golpes e intervenções militares que, em última análise, solidificaram uma cultura de autoritarismo enraizada nas relações de poder e na organização política do Estado.

Durante o período republicano, principalmente a partir da Primeira República (1889-1930), o militarismo ganhou força, não apenas como uma forma de defesa nacional, mas como um mecanismo de controle político (Miglioranza, 2007). O Exército, legitimado por um discurso de proteção à ordem e ao progresso, tornaram-se um ator chave em momentos de instabilidade, culminando na instauração de regimes autoritários, como a ditadura de Vargas (1937-1945) e, posteriormente, o regime militar (1964-1985).

Dessa maneira, este trabalho analisa a ideia de República centralizada defendida pelo PRR a partir do vínculo entre autoritarismo e militarismo, que se desvela quando analisamos o papel da imprensa na disseminação dessas ideias centralizadoras. A difusão de ideias políticas através dos jornais, conforme ilustrado por Miglioranza (2007), foi uma estratégia

crucial utilizada pelos republicanos para mobilizar a opinião pública e legitimar a intervenção militar no cenário político. A partir da consolidação da República, os militares se apresentaram como os "guardiões da ordem", o que justifica, aos olhos de muitos, suas sucessivas intervenções no governo e o fortalecimento de um regime autoritário.

No capítulo I, intitulado "O Debate Republicano no Rio Grande do Sul: Federalismo e Centralização", é analisada a consolidação do republicanismo gaúcho em meio às disputas contra o centralismo imperial. O texto aborda a concentração de poder promovida pelo Império, limitada pelo Poder Moderador, e as resistências regionais. Destacam-se as contribuições de líderes como Francisco Xavier da Cunha e Joaquim Francisco de Assis Brasil, que fortaleceram o debate sobre federalismo e descentralização. Além disso, o capítulo explora o papel do jornal "*A Federação*" como instrumento de propaganda republicana e crítica ao poder monárquico.

No Capítulo 2, intitulado "O papel da Imprensa na difusão de ideais Republicanos", é analisada a relevância da imprensa na propagação dos ideais republicanos no Rio Grande do Sul, destacando-se como um poderoso instrumento de mobilização política e construção ideológica. Investigamos como jornais se consolidaram como veículos de propaganda, articulando discursos que legitimavam a República e criticavam o centralismo monárquico. São discutidas as estratégias discursivas utilizadas para fortalecer a imagem republicana, como editoriais, artigos de opinião e notícias que educavam politicamente os leitores. Analisamos a série de artigos que eram publicados no periódico com o título de "Os sofismas liberais" para entender a retórica de Castilhos. Nesse contexto, a imprensa emerge não apenas como meio de comunicação, mas como ferramenta de formação política, consolidando o pensamento republicano entre os setores sociais e reforçando a luta contra o regime imperial.

No Capítulo 3, intitulado "República, Autoritarismo e Militarismo nas páginas de *A Federação*", é observado como o jornal *A Federação* construiu uma narrativa que vinculava o ideário republicano à valorização do Exército e à crítica ao regime monárquico, especialmente entre os anos de 1886 e 1889. A partir da cobertura da chamada Questão Militar, o periódico defendeu a participação ativa dos militares na política e incorporou elementos do positivismo como justificativa ideológica para essa atuação. O jornal apresentou o Exército como expressão da nação armada e legítimo defensor da moral pública, em oposição a um poder civil considerado corrupto e decadente. Ao longo do capítulo, mostra-se como "*A Federação*" não apenas apoiou o golpe de 1889, mas também legitimou a ditadura provisória instaurada em seu desdobramento, reforçando uma visão autoritária de República.

2. OBJETIVOS DA PESQUISA

Objetivo Geral:

O objetivo central deste trabalho é compreender as bases do autoritarismo e sua relação com o militarismo brasileiro a partir da análise do jornal "A Federação", veículo oficial do Partido Republicano Rio-grandense (PRR) e um dos principais instrumentos de propaganda política no final do século XIX. O estudo busca investigar como o discurso político difundido pelo periódico contribuiu para a construção e legitimação de ideias e práticas autoritárias no Brasil, com foco nos editoriais entre 1886 e 1889. A partir disso, buscaremos analisar o uso das ideias republicanas que sustentaram o projeto de centralização do poder político e a difusão de ideias autoritárias. O jornal não apenas defendia o modelo republicano, mas também promovia uma difusão de ideias políticas que justificava a intervenção militar e a imposição de uma ordem autoritária, consolidando o papel do PRR no Rio Grande do Sul e influenciando diretamente a política nacional. Esse estudo, portanto, é crucial para entender a relação entre a imprensa, o militarismo e o autoritarismo, e como esses elementos se combinaram para estruturar o poder político no Brasil durante o período republicano.

Objetivos Específicos:

- Analisar como o jornal *A Federação* contribuiu para a construção de um ideário republicano autoritário no Brasil entre 1886 a 1889 e como os republicanos enxergavam a necessidade da intervenção militar;
- Investigar as estratégias retóricas utilizadas pelo jornal para a articulação republicana nos anos anteriores ao golpe de 1889;
- Compreender o impacto que os editoriais causaram para obter o apoio da população civil.

3. HIPÓTESES

- Existe um vínculo entre autoritarismo e militarismo na ideologia Republicana no Rio Grande do Sul;

- É possível identificar o militarismo como um conjunto de ideias autoritárias e intervencionistas no jornal A Federação;
- O jornal A Federação foi importante instrumento político como difusor de um conjunto de ideias centralizadoras de caráter militarista e autoritário no Brasil pré republicano.

4. METODOLOGIA

A metodologia deste trabalho se ancorou em uma análise qualitativa, baseada em duas abordagens principais: levantamento bibliográfico e análise de fontes primárias, de modo a oferecer uma compreensão aprofundada – nos limites que um TCC permite – sobre o papel do jornal *A Federação* na construção do ideário republicano e na legitimação de práticas autoritárias no Brasil. O levantamento bibliográfico foi inicialmente conduzido por meio de revisão sistemática de literatura com base em diversas plataformas e bases de dados acadêmicos (Capes Periódicos e Google Scholar). A pesquisa bibliográfica possibilitou o levantamento de nove artigos científicos e um Trabalho de Conclusão de Curso, produzidos entre 2007 e 2022, que foram lidos e fichados. Além disso, leituras afins e discussões foram feitas nos encontros do grupo de estudos Militarismo, Cultura e Democracia no Brasil, sob orientação da profa. Luciana Aliaga. A busca foi complementada com a análise de referências no site oficial do Museu da Comunicação Hipólito José da Costa (MUSECOM). O prédio onde se encontra o MUSECOM atualmente está localizado na antiga sede do jornal *A Federação*. As palavras-chave utilizadas durante a pesquisa foram termos como: "*Partido Republicano Rio-grandense*", "*Questão Militar*", "*República*", "*Júlio de Castilhos*", "*imprensa partidária*", "*Republicanos*", "*Sophismas*", "*federação*", "*Manifesto republicano 1870*" e "*Golpe de 1889*". Essas palavras-chave foram essenciais para refinar a busca e selecionar materiais que se alinham ao tema central do trabalho.

5. CAPÍTULO 1 - O Debate Republicano no Rio Grande do Sul: Federalismo e Centralização

Em 1822, Dom Pedro I proclamou a Independência do Brasil, quando foi instaurada a monarquia constitucional que consolidou-se como um projeto político conservador. A transição foi negociada e conduzida pelas elites escravistas e agrárias, que buscavam assegurar a manutenção dos seus privilégios e garantir a aliança territorial. O poder ficou centralizado em torno da figura do imperador e de uma elite dirigente, sem abrir mão do modelo hierárquico e autoritário que estruturava a sociedade colonial (Carvalho, 2002).

A Assembleia Constituinte foi dissolvida em 1823 pelo imperador, este considerou o texto original excessivamente liberal e impôs unilateralmente uma constituição com o apoio do Conselho de Estado. Essa decisão autoritária impossibilitou o debate político mais amplo sobre qual modelo de Estado iria ser adotado, demonstrando que havia um distanciamento entre a monarquia e a nação (Piccolo, 2010).

O Império do Brasil foi institucionalizado formalmente na Constituição de 1824 como uma monarquia constitucional, centralizada e hereditária, que tinha por objetivo o enfraquecimento das diferenças regionais (Piccolo, 2010). A criação do Poder Moderador, que existiu de 1824 a 1889, foi o aspecto mais representativo dessa estrutura institucional. Por meio desse quarto poder, o imperador detinha a autoridade para dissolver a Câmara, nomear senadores vitalícios, intervir nas províncias, além de indicar ministros e presidentes provinciais, estabelecendo um regime fortemente centralizado com pouca margem para a atuação independente dos demais poderes (Carvalho, 2002).

De acordo com Schwarcz (2019), o Poder Executivo provincial encontrava-se subordinado à autoridade do governo central, enquanto as Câmaras Municipais, único espaço de representação política em nível local, viam suas atribuições limitadas à esfera da administração regular. A organização do Estado imperial limitava a formação de poderes locais mais autônomos e contrariava os interesses das elites regionais, que buscavam uma descentralização administrativa mais efetiva. Embora a centralização estabelecida pela Constituição de 1824 tenha sido importante para garantir a unidade territorial do Império, ela também resultou na repressão de propostas alternativas de organização política.

A adoção de um Estado monárquico e centralizado logo após a independência expressava os interesses das províncias economicamente mais influentes, especialmente as do Sudeste, que buscavam assegurar a unidade territorial e o controle sobre os aparatos do

Estado (Carvalho, 2005; Dolhnikoff, 2006). Essa decisão teve impactos duradouros na configuração institucional do país, restringindo as possibilidades de implementação de um federalismo efetivo e intensificando tensões regionais (Pesavento, 1994). Após a abdicação ao trono de Dom Pedro I em 1831, vários projetos republicanos foram apresentados na Assembleia, mas não foram aprovados (Piccolo, 2010).

Apesar de derrotados, os movimentos regionais, tais como a Guerra dos Farrapos (1835-1845) no Rio Grande do Sul; a Balaiada (1838-1841) no Maranhão, Piauí e Ceará; a Revolução Praieira (1848-1850) em Pernambuco e os diversos levantes de escravos, são símbolos das resistências provinciais que iniciou a crise do Império. Essa instabilidade da monarquia abriu espaço para os ideais republicanos, como aconteceu no Rio Grande do Sul (Piccolo, 2010). A centralização imperial nas terras gaúchas encontrou forte oposição porque a elite estancieira presumia ter uma autonomia maior no controle de assuntos econômicos e políticos (Pesavento, 1994). Esses conflitos em torno das decisões da Corte contribuíram para o surgimento de uma cultura política própria, orientada pelos princípios do federalismo, do republicanismo e da autonomia provincial. O republicanismo, entendido como um movimento voltado a enfraquecer o sistema monárquico, começou a ser articulado nas propostas e debates políticos do Rio Grande do Sul a partir da década de 1870 (Piccolo, 2010).

A autora Helga Piccolo (2010) observa a importância da participação de dois propagandistas gaúchos no período pré-República: Francisco Xavier da Cunha e Joaquim Francisco de Assis Brasil, que contribuíram para o amadurecimento do debate republicano no Rio Grande do Sul. Suas reflexões e críticas ao regime imperial ajudaram a fundamentar a luta pela democratização e pelo fortalecimento das instituições políticas, influenciando as gerações posteriores de republicanos e reformistas. A defesa da República por ambos não se limitava a uma simples substituição do regime monárquico, mas envolvia uma visão mais ampla sobre os princípios democráticos e os desafios da construção de uma nova ordem política.

Os dois propagandistas se identificaram com o Manifesto Republicano de 1870, redigido por um grupo de intelectuais e políticos liderados por Quintino Bocaiúva no jornal carioca *A República*. Dessa forma, o Partido Republicano iniciou suas articulações nas províncias, organizando grupos e clubes responsáveis que asseguravam o funcionamento dos jornais que veicularam a propaganda republicana (Miglioranza, 2007).

Em 1868, Xavier da Cunha redigiu um programa no qual aconselhava os liberais a abandonarem o apoio à monarquia, argumentando que os princípios do liberalismo eram

incompatíveis com o sistema monárquico. O mesmo afirmou nesta ocasião que “os liberais sinceros não são mais do que republicanos atardados” (Piccolo, 2010, p.25). O propagandista assumiu a direção do jornal *A República* no Rio de Janeiro em 1872, a convite do próprio Bocaiúva. Na conjuntura da época, o periódico já não operava mais como veículo oficial do Partido Republicano, embora ainda exercesse papel relevante na disseminação das ideias republicanas. Xavier da Cunha tinha experiência na imprensa partidária, antes de assumir *A República*, ele escrevia para o jornal *O Mercantil*, que era vinculado ao Partido Liberal do Rio Grande do Sul (Mello, 2009).

Em 1877, Assis Brasil publicou um livro *História da República Rio-Grandense*, contendo uma expressiva defesa da Revolução Farroupilha de 1835-1845. A obra demonstra os princípios fundamentais de sua orientação política e ideológica, evidenciando uma adesão precoce aos valores republicanos (Agência Brasil, 2016). Assis Brasil acreditava que a República era o único modelo capaz de parar com as revoluções que estavam acontecendo naquele século, pois “o povo só faz revoluções quando não tem outro modo de manifestar a sua vontade”, solicitando que a população buscasse o modelo republicano para a modernização do país (Assis Brasil, 1888, p.67 *apud* Piccolo, 2010, p.25).

De acordo com Piccolo (2010), Xavier da Cunha e Assis Brasil são figuras que assemelham-se nas opiniões contra a monarquia, ambos égides da democracia, viam a República como um regime em que o poder emana do povo e é por ele exercido. Os ideais republicanos eram compreendidos como a única forma de governo capaz de viabilizar tal democracia. Enquanto que os monarquistas defendiam o seu sistema de governo apresentando-o como “compatível com a democracia, que ele [o sistema monárquico] reconhece a soberania nacional” (Assis Brasil, 1888, p. 40)

Porém Assis Brasil (1888, p. 40) ressalta, a favor da República, declarando que “repelindo toda espécie de poder irresponsável e hereditário, coloca a vontade nacional acima de tudo; não reconhece outra soberania que não seja a da nação; não admite sobre o povo tutela de qualidade alguma” e que a “A República é a única forma de governo compatível com a dignidade humana”. Piccolo (2010) elucida que Xavier da Cunha também associava a democracia ao regime republicano, como demonstrado no editorial do jornal *A Democracia*, fundado por ele em 1872: “A América está toda democratizada, com exceção do Brasil, a terra do escravo e do imperador, do escravo que nos degrada, do imperador que nos oprime” (Xavier da Cunha, 1914, p. 284).

Assis Brasil e Xavier da Cunha também tinham postura antiescravista, essa atitude não refletia tendência predominante dentro do movimento republicano naquele momento no

Rio Grande do Sul. O Manifesto de 1870 não abordava essa questão, enquanto em 1884, a fundação do Partido Republicano Riograndense redigiu e passou a lidar com o tema de maneira cuidadosa. As Bases do PRR classificavam a escravidão como uma questão sensível e sugeriam que a decisão sobre sua extinção fosse delegada às províncias, conferindo-lhes plenos poderes para agir conforme seus próprios critérios. Ao recorrer ao princípio da descentralização, um dos pilares do PRR em seu nascimento, o partido evitava assumir um compromisso nacional com o fim da escravidão no país (Piccolo, 2010).

Conforme afirma Xavier da Cunha (1914), a monarquia constitucional brasileira havia se transformado em um regime de caráter personalista, no qual o acesso dos partidos ao poder não ocorria por meio de processos eleitorais legítimos. Piccolo (2010) observa que a crítica de Xavier da Cunha se voltava contra a centralização do poder imperial e expressava apoio à autonomia das províncias. E para Assis Brasil (1888, p.206), que desenvolve um pensamento com base nas reflexões em torno do conceito de federação, defendendo-a não apenas como uma necessidade institucional, mas como uma condição indispensável ao progresso político e social, “a federação é sólida garantia contra a desorganização” e enquanto a monarquia permanecesse com a centralização, ela seccionava o país.

Na perspectiva de Assis Brasil, os principais impasses enfrentados pelo Estado brasileiro, incluindo sua instabilidade política e seu atraso institucional, tinham origem na manutenção de um modelo de governo obsoleto, incapaz de responder às demandas e especificidades da realidade nacional. Xavier da Cunha apresentava um diagnóstico semelhante ao refletir sobre o desenvolvimento político do país. Para ele, a monarquia representava uma forma de governo autoritária, o regime constitucional monárquico era interpretado como uma etapa intermediária entre o autoritarismo e a democracia, historicamente transitória e destinada ao declínio. Em sua visão, a legitimidade da monarquia não deriva de princípios racionais e universais, mas apenas da tradição e da repetição histórica, ou seja, de costumes estabelecidos ao longo do tempo (Piccolo, 2010).

Piccolo (2010) argumenta que, para Assis Brasil e Xavier da Cunha, o regime monárquico comprometia a autenticidade do processo eleitoral, ao subverter o princípio da soberania popular. Assis Brasil dirigia suas críticas à ausência de um verdadeiro sufrágio universal, destacando que a autoridade do monarca não se originava da vontade coletiva, mas de mecanismos arbitrários, como a sucessão hereditária ou plebiscitos com pouca abrangência. Considerava a República a única forma de governo capaz de assegurar a representação genuína da vontade nacional, por meio de instituições fundadas na participação popular ampla e igualitária.

Xavier da Cunha (1914) direcionava a sua análise sobretudo para a ausência de garantias de liberdade política e econômica sob o regime imperial. Ele destacava a fragilidade do processo eleitoral, denunciando os mecanismos de controle exercidos pelo governo, como a manipulação das mesas eleitorais e o uso da coerção para influenciar o comportamento dos eleitores. Em sua avaliação, o sistema monárquico não apenas limitava o acesso efetivo à cidadania política, mas também comprometia os princípios de representação e participação ao concentrar o poder em mãos de uma minoria. Sua defesa da República articula-se à necessidade de uma ordem institucional que assegure eleições legítimas e impede distorções autoritárias herdadas do modelo imperial.

A crítica à monarquia unia esses dois propagandistas republicanos, que a viam como um entrave ao progresso político e social. Xavier da Cunha destacava a distância entre governante e povo, enquanto Assis Brasil via a monarquia como desconectada dos setores mais dinâmicos da sociedade. Ambos responsabilizavam o regime imperial pela crise institucional, ainda que suas visões idealizassem a República. Seus textos buscavam legitimar a nova ordem, contrapondo estagnação monárquica e renovação republicana, evidenciam preocupações com a cidadania, a democracia e uma nova relação entre Estado e sociedade (Piccolo, 2010).

Embora Assis Brasil mencione pouco o federalismo em sua obra, isso não significa, necessariamente, que atribuisse baixa relevância ao tema. O propagandista gaúcho via a República e a Federação como conceitos intrinsecamente vinculados, sem necessidade de diferenciá-los. Suas reflexões sobre a relação entre República e democracia poderiam ser estendidas, de maneira natural, à conexão entre democracia e federalismo. A escolha do título de sua obra em 1881, “*A República Federal*” reforça essa interpretação (Carvalho, 2011).

De acordo com Piccolo (2010), às diferentes manifestações do pensamento republicano no Rio Grande do Sul, ainda que nem sempre expressas de forma coerente entre si, revelam a presença de tensões conceituais e estratégicas no interior do movimento. Essas ambiguidades tornam-se particularmente visíveis quando comparadas ao discurso político de Júlio de Castilhos, cuja liderança no Partido Republicano Rio-Grandense impôs uma interpretação autoritária e centralizadora da República, que acabou por se sobrepor às demais correntes.

O processo de difusão do republicanismo no Rio Grande do Sul foi, de fato, atravessado por disputas entre diferentes projetos políticos, que, embora divergentes em suas propostas e concepções de Estado, compartilhavam a crítica ao regime monárquico e o objetivo de superá-lo. Nesse contexto, observa-se a convivência de posicionamentos

distintos, por vezes até contraditórios que apesar das tensões, convergiam na tentativa de responder à crise do Império e de formular alternativas para a reorganização do poder sob a nova ordem republicana (Piccolo (2010).

Segundo Carvalho (2011), um dos temas mais importantes tratados no interior do pensamento republicano era a defesa do federalismo, sendo uma reivindicação amplamente compartilhada no seio do movimento republicano. No âmbito liberal desde a década de 1860, Tavares Bastos já advogava pela descentralização. Nos anos finais do Império, a ideia federalista havia sido incorporada também por alguns monarquistas. As discordâncias existentes limitavam-se ao modelo que essa organização deveria adotar. No entanto, a reivindicação por um sistema federativo ganhou maior força especialmente entre os republicanos das províncias do Rio Grande do Sul e de São Paulo. O Manifesto de 1870 dedicou um de seus capítulos ao tema do federalismo, daí veio sua famosa frase: “Centralização – desmembramento; descentralização – unidade”.

Em 1884, o intenso espírito federalista gaúcho já se expressava na fundação do “*A Federação*” e que em 1887 publicou o artigo “Centralização – desmembramento”, no qual reiterou os princípios defendidos no Manifesto de 1870. Foi sugerido de maneira explícita, a possibilidade de ruptura com o Império, caso não houvesse avanços concretos rumo à descentralização política (Carneiro, 1982 *apud* Carvalho, 2011).

O artigo defende que o federalismo é a solução para manter o Brasil unido respeitando sua diversidade. A centralização do poder, ao contrário, enfraqueceria o país e estimularia sentimentos separatistas. A descentralização permitiria que cada província vivesse segundo suas próprias condições, reforçando a união nacional ao invés de enfraquecê-la:

(...) Só à federação cabe o poder de estabelecer uma justa conciliação fecunda. Unidade na variedade - tal é a fórmula que exprime a natureza e o espírito do amplo sistema federativo. (...)

Pensamos que a nossa província não pode e não deve conservar-se desatenta, porque já é um fato consumado o renascimento da aspiração separatista, que está exaltando e apaixonando o espírito provincial em vários pontos do país. (...)

O ponto de partida para ampla explanação do assunto é indiscutível - a centralização é o desmembramento. (...)

Quanto mais se prolongar a vida do regime centralista, tanto maior será o afrouxamento dos laços da união nacional. (...)

A descentralização seria o meio de eliminá-lo e de avivar o sentimento nacional entre as províncias, restituindo a cada uma o que é seu e permitindo-lhes um viver de acordo com as suas respectivas condições naturais.

Contudo, afirma Schwartzman (2007) que essa tendência separatista não pode ser confundida com uma verdadeira ideologia federalista, pois ao assumirem o poder, os gaúchos rapidamente passaram a apoiar a centralização do governo e a intervenção do poder central em outras unidades da federação. Martiny (2018) destaca que a centralização promovida por Castilhos também se manifestava no interior do sistema partidário, por meio de um controle estrito sobre candidaturas e alianças políticas, definindo um ambiente marcado pela hierarquia e pela disciplina. Embora não se declarasse abertamente essa associação, observa-se uma afinidade entre o modelo partidário castilhista e valores tradicionais do meio militar, como a obediência e a disciplina, evidenciando a relação entre práticas centralizadoras e tendências autoritárias.

Desde sua estruturação inicial, o PRR demonstrava uma orientação política voltada à centralização, que se refletia nas páginas do “*A Federação*”. Embora o partido estadual participasse de um movimento republicano de âmbito nacional, Castilhos acreditava que o processo republicano no Brasil deveria ser conduzido de acordo com as estratégias próprias do partido, alinhadas às peculiaridades gaúchas (Martiny, 2018). A relação entre centralização, autoritarismo e militarização será explorada com maior detalhamento no Capítulo III.

6. CAPÍTULO 2 - O papel da Imprensa na difusão de ideais Republicanos

Antes dos jornais serem como conhecemos nos dias atuais, houve uma evolução de papéis informativos. Os avulsos impressos, conhecidos como folhas volantes, representam os primórdios da propagação do ponto de vista político e social pela imprensa (Rausch, F.; Hohlfeldt. A., 2007). De acordo com Beltrão (1980), a partir da metade do século XV, esses avulsos impressos eram utilizados para a propaganda do período da Reforma em países que começaram a cortar os laços com a Igreja Católica Romana. Logo depois, no entanto, a imposição de censura por parte tanto das autoridades religiosas quanto do governo passou a limitar essas publicações opinativas. Essa pressão fez com que os primeiros jornais do século XVII perdessem seu caráter crítico e opinativo, transformando-se em meros veículos de divulgação de informações factuais, sem espaço para análises ou posicionamentos ideológicos.

Durante o período absolutista de Luís XIV (1643–1715), foi estruturado um sofisticado sistema de comunicação voltado à construção da imagem pomposa perante a sociedade. Esse mecanismo de propaganda — que pode ser compreendido como uma forma de culto à figura do monarca — articula-se com diversos suportes visuais e culturais: desde pinturas, gravuras e objetos luxuosos até representações teatrais. Obras literárias e manifestações artísticas eram amplamente utilizadas para essa finalidade, tendo na *Gazette de France* um de seus principais canais de divulgação. A publicação, de periodicidade mensal, dedicava grande parte de suas páginas aos registros da administração real (Burke, 1994 *apud* Rausch, F.; Hohlfeldt. A., 2007).

Salvo edições comemorativas, sobretudo em razão de vitórias militares, o jornal mantinha um estilo redacional sóbrio, o que transmitia uma aparência de neutralidade e de credibilidade (Burke, 1994). Nesse contexto, destaca-se também a criação do *Journal des Savants*, em 1665, veículo subordinado diretamente à imprensa oficial, que passou a divulgar conteúdos favoráveis ao monarca, inclusive patrocinados por ele. Importa mencionar também a existência do *Le Gazette*, periódico semanal fundado em 1630, com o objetivo de apoiar politicamente o reinado de Luís XIII (Burke, 1994; Neveu, 2006 *apud* Rausch, F.; Hohlfeldt. A., 2007).

Para Marcondes Filho (2002), o jornalismo com perfil político e literário começa a tomar configuração no cenário de alterações provocadas pela Revolução Francesa, em 1789, e se estende até meados do século XIX. Antes desse processo, o acesso à informação era severamente limitado pelos sistemas de poder vigentes inicialmente o monárquico, depois o

absolutista, que mantinham o controle do saber nas mãos de poucos, herdando práticas excludentes das eras medieval e moderna. A Revolução, nesse sentido, representou um ponto de virada, pois introduziu um novo papel para a comunicação política. Como destaca Burke (1994), esse momento histórico marca a transição de uma lógica de governo que ignorava a opinião popular para outra em que o povo se tornou o principal destinatário das estratégias de convencimento e propaganda, elemento essencial para a legitimação dos novos regimes.

Os periódicos se encarregaram de serem o intermediário de ações político-partidárias, que faziam do escritor-jornalista o influenciador de ideias de seu interesse (Carvalho, 1995). No Brasil, as classes dominantes que duelavam pelo poder político, tinham como objetivo ter o apoio das representações coletivas sobre seus ideais políticos (cf. Rausch, F.; Hohlfeldt. A., 2007).

Dessa forma, a propaganda política constitui-se como uma tentativa de estabelecer uma comunicação convincente com seu público, com o objetivo de “conquistar militantes, simpatizantes ou adeptos a um determinado partido político” (Gomes, 2004, p.54 *apud* cf. Rausch, F.; Hohlfeldt. A., 2007, p.10). As ideias políticas republicanas no Rio Grande do Sul têm origem no período posterior à Independência do Brasil em 1822, quando a característica centralizadora do Império na Constituição de 1824 não era bem aceita por parte da população, insatisfeita com a designação dos presidentes escolhidos pelo Imperador (Flores, 1985; Kühn, 2022; *apud* Rausch, F.; Hohlfeldt. A., 2007).

Durante o século XIX, especialmente nos momentos que antecederam e conduziram a Revolução Farroupilha, a imprensa exerceu um papel essencial na difusão de ideias e na mobilização política no Brasil e no Rio Grande do Sul. A partir de 1827, com a criação do *Diário de Porto Alegre*, os debates entre conservadores e liberais revolucionários começaram a ocupar espaço nos periódicos da província. Alguns desses veículos tornaram-se representativos do ideário republicano e da luta farroupilha, como *O Povo*, *O Americano* e *Estrella do Sul*, que funcionaram como órgãos oficiais da República Rio-Grandense em diferentes cidades. Outros periódicos, como *O Noticiador*, fundado por Francisco Xavier Ferreira, e *Constitucional Rio-Grandense*, de Vicente Ferreira Gomes, expressavam posições liberais e críticas ao centralismo do Império. Esses exemplos evidenciam como o jornalismo regional foi um instrumento crucial na construção do debate político e ideológico no sul do país (Souza, 2022).

Em 1870, foi criado o Partido Republicano no Rio de Janeiro, formado por um grupo de liberais radicais que estavam insatisfeitos com o Império por perceberem que a monarquia não iria estabelecer as reformas que eles buscavam no âmbito político e econômico.

Constituíram o Clube Republicano e lançaram no jornal *A República* o seu manifesto, conhecido como Manifesto de 1870 (Dibrarq, s/d). O cenário político brasileiro viveu uma ebulição a partir de 1870 e dois temas tomaram conta dos debates políticos após o fim da Guerra do Paraguai (1864-1870): a Abolição da Escravatura e a campanha a favor da República (Musecom, 2021).

A imprensa republicana procurou legitimar a nova ordem, criando uma narrativa que desmoralizava a monarquia e exaltava os princípios republicanos, como a igualdade, a cidadania e a participação política. Para isso, os jornais utilizaram estratégias discursivas que incluíam a publicação de editoriais, artigos de opinião e notícias que destacavam os avanços da República, enquanto criticavam os desmandos e a suposta ineficiência do regime monárquico. Houve influência da imprensa republicana na educação política da população, os jornais não apenas informavam, mas também buscavam instruir os leitores sobre o funcionamento do novo regime (Miglioranza, 2007).

Neste contexto gaúcho, a difusão das ideias republicanas teve como principais articuladores, em sua fase inicial, os docentes Apolinário Porto Alegre, Francisco Xavier da Cunha e Apeles Porto Alegre. Instituída em 18 de julho de 1868, a Sociedade Partenon Literário, liderada por Apolinário Porto Alegre, teve papel significativo na circulação de pensamentos alinhados ao republicanismo (Ericksen, 1977 *apud* cf. Rausch, F.; Hohlfeldt. A., 2007). Embora surgida como um espaço dedicado à produção e apreciação literária, a organização rapidamente ampliou seu escopo de atuação. Durante os encontros organizados para preparar as edições da *Revista do Partenon Literário*, os participantes também debatiam estratégias para expandir a influência das ideias republicanas pelo Rio Grande do Sul (Baumgarten, 1982 *apud* cf. Rausch, F.; Hohlfeldt. A., 2007). Esses intelectuais estiveram à frente da criação do primeiro clube republicano da província, fundado em 1878 (Flores, 1993 *apud* Rausch, F.; Hohlfeldt. A., 2007).

No período imperial, as cidades de Recife e São Paulo eram grandes instituições jurídicas do país que concentravam os jovens que tinham o intuito de se preparar para a atuação na vida pública. Foi nesse contexto que surgiu a geração de Júlio de Castilhos, que iniciou seus estudos na Faculdade de Direito de São Paulo em 1877. Os debates acadêmicos proporcionados pelas faculdades já tinham viés de correntes de pensamento como o positivismo de Augusto Comte e o materialismo, cujos ideais voltados para a transformação social e política ganhavam espaço (Franco, 1996). Os confrontos de natureza ideológica eram intensificados por meio da atuação dos partidos políticos: Liberal *versus* Conservador e Republicano *versus* monarquista. Os liberais eram a favor da autonomia fiscal e

administrativa para as províncias, por sua vez, os conservadores queriam a permanência da centralização monárquica (Musecom, 2021).

A autora Angela Alonso (2002) esclarece que a partir de 1870, o processo intelectual evidencia um caráter vigorosamente crítico em relação à estrutura política vigente. Essa produção se voltava contra os pilares institucionais e os valores fundamentais que sustentavam o regime imperial. A autora classifica como movimento reformista, por ter esse destaque do aspecto político e teórico do processo de oposição. Os republicanos por pertencerem à vertente radical do liberalismo dissidente e, ao levar ao extremo as pautas desse grupo, passaram a reivindicar uma organização política apoiada no federalismo representativo.

Embora formassem um coletivo marcado pela diversidade social, havia entre eles uma vivência comum de exclusão das esferas institucionais do Império, o que os mantinha afastados dos espaços formais de poder. Por isso, sua atuação ocorria predominantemente fora das estruturas governamentais. Nesse contexto, assumiram uma função crítica e contestatória, voltando-se contra os princípios e instituições que sustentavam a ordem imperial, não com o objetivo de ruptura revolucionária, mas sim com a intenção de promover reformas dentro do próprio sistema (Alonso, 2002 *apud* Bogéa, 2022).

Com o avanço da década de 1880, os jovens estudantes retornam ao estado gaúcho e passam a articular uma mobilização política contínua (Love, 1975). Tinham experiências em oposição política e debates em jornais doutrinários, com interações em veículos jornalísticos direcionados ao público estudantil, utilizando-se dessas práticas, se organizaram para começar a enérgica campanha de propaganda republicana (Miglioranza, 2007). Esse cenário é simultâneo à eleição na capital Porto Alegre, de dois representantes republicanos ao legislativo municipal: João da Matta Coelho e Felicíssimo de Azevedo (Flores, 1993), o que fortalece o campo de atuação republicana no contexto provincial.

Em 23 de fevereiro de 1882 acontecia a Primeira Convenção Republicana, marcando o início da organização formal do Partido Republicano Riograndense (PRR). Usaram como base e inspiração as experiências anteriores, como o Manifesto de 1870 no Rio de Janeiro e a Convenção de Itu em São Paulo. Nessa Convenção gaúcha de 1882, foi decidido a importância de se ter uma imprensa “destinada a explicar, defender e sustentar o programa do partido republicano” (Monteiro, 1997 p.322).

Sandra Pesavento (1997) afirma que:

A base social do PRR foi constituída por elementos do latifúndio pecuarista (ala jovem do Partido Liberal ou conservadores), descontentes com o regime, em associação com setores médios urbanos. Se comparado com o Partido Liberal, o novo partido realizou um alargamento de sua base política. Por outro lado, o PRR foi capaz de realizar uma união vantajosa com o exército. Esta união deu-lhe a força suficiente para se impor. A ligação, no caso, foi facilitada tanto pela forte tradição do militarismo, que o Rio Grande apresentava desde a sua formação, quanto pela presença do componente ideológico positivista, adotado pelo PRR, e que tinha grande penetração nos meios militares (p. 66 *apud* Miglioranza, 2007, p. 3-4)

O primeiro congresso do PRR aconteceu no dia 15 de março de 1883, foi enfatizado a necessidade de se estabelecer um órgão de imprensa próprio, pauta já presente na Convenção de 1882. Nesse cenário de propagandismo político gaúcho, surge o jornal *A Federação*, que tinha por objetivo de “conscientizar” o leitor contra a monarquia, divulgando ideais positivistas fundamentados no republicanismo (Beltrão; Quirino, 1986 *apud* Rausch, F.; Hohlfeldt. A., 2007).

A Federação foi um projeto em forma de jornal concretizado em 1º de janeiro de 1884, sendo encerrado em 1937 pela Ditadura do Estado Novo a mando do presidente Getúlio Vargas. O jornal teve esse nome por sugestão do Joaquim de Assis Brasil, que se destacava na militância partidária juntamente com Júlio de Castilhos, Ramiro Barcellos, Venâncio Ayres, Antônio Augusto Borges de Medeiros, dentre outros (Musecom, 2021).

Entre os principais idealizadores, o que se destacou foi Júlio de Castilhos. Com sua experiência bem sucedida no jornal acadêmico republicano *A Evolução* (1879) na Faculdade de Direito de São Paulo, ficou encarregado de levar o projeto adiante (Rausch, F.; Hohlfeldt. A., 2007). Durante esse período mencionado, é importante destacar que os gaúchos, especialmente os comerciantes, imigrantes e estancieiros, em sua maioria liberal, estavam concordando com as ideias republicanas, não apoiando a centralização do poder nas mãos do Império. Tendo como objetivo instituir o capitalismo no Brasil, começaram a buscar juntamente com os republicanos um acordo político (Miglioranza, 2007).

Embora *A Federação* tenha se tornado o periódico republicano mais influente da capital gaúcha, ele não monopolizava a imprensa do movimento no Estado. No interior, a atuação republicana também se fazia vigente, como demonstra o surgimento de *O Precursor*, fundado em São Gabriel por disposição de Assis Brasil. Esse esforço descentralizado de comunicação apresenta a competência dos clubes de inspiração positivista, fortalecidos a partir da inserção de estudantes gaúchos nas universidades do sudeste, tendo o contato com o pensamento comtiano. Estas associações, organizadas desde 1882, contribuíram para

consolidar bases republicanas no interior e estimular uma campanha sistemática de disseminação partidária (Bueso, 2013).

Como aponta Marialva Barbosa:

A partir de 1880, num longo processo, os diários, ao lado de outras instituições da sociedade civil, formulam e sedimentam imagens. Entre essas construções, destacam-se, como já enfatizamos, as considerações em torno da visão da imprensa. O jornalismo é o lugar da imparcialidade e da neutralidade e os jornais são a expressão da verdade, por que representam o pensamento da sociedade, graças à sua popularidade. O jornal é também a própria verdade, porque impresso transforma-se em documento, o que, a priori, identifica o que está contido em suas páginas como verdade absoluta (*apud* Bueso, 2013, p. 15).

Ao invés de aderir a imparcialidade integral dos jornais enquanto registros documentais, é preciso destacar o surgimento de *A Federação* dentro de um contexto em que o periódico desempenha, de fato, como condutor de formação e aliança política. Seu conteúdo refletia deliberadamente um viés politizado, marcado por ideias em disputa, que transpassaram os diversos temas abordados (Bueso, 2013). Para Barbosa (2010), essa característica está ligada à função “moralizadora” tradicionalmente atribuída ao jornalismo, segundo a qual caberia à imprensa expressar posicionamentos equiparados a certos princípios éticos e morais.

O percurso de Júlio de Castilhos reverbera de forma bastante visceral o perfil influente das lideranças republicanas da época. No entanto, esse padrão começa a apresentar distinções pertinentes quando se analisa com mais detalhes as origens sociais e formativas dos intelectuais que incorporaram as redações de jornais republicanos ao final do século XIX (Bueso, 2013).

Na circunstância socioeconômica, os princípios da diretriz liberal moldavam intensamente o discurso político da imprensa nacional. Tal aspecto difere significativamente daquela observada no Rio Grande do Sul, como destaca Céli Pinto (1979), especialmente no que diz respeito ao ideário político promovido pelo Partido Republicano Rio-Grandense. Essa diferença ideológica está ligada ao aparecimento de uma nova elite intelectual no sul do país, que quebra com os vínculos tradicionais da aristocracia rural — uma rachadura que não se concretizou da mesma forma nos estados do sudeste (Bueso, 2013).

O ano de 1884 revelou-se estratégico para a consolidação dos ideais republicanos no Brasil, as anuências à causa tornaram-se mais astuciosas e leais. Além da criação de importantes veículos de comunicação vinculados a esses ideais como os jornais *A Federação*, *O Paiz* e o periódico *A Província de São Paulo*¹, passaram, simultaneamente, a adotar um

¹ Atualmente o jornal se chama *O Estado de São Paulo*, mais conhecido como Estadão.

discurso ainda mais enfático na defesa republicana. Dessa forma, os três jornais se sobressaíram pelo protagonismo no desenvolvimento das ideias republicanas por meio da imprensa: *A Federação* (Rio Grande do Sul), dispendo do Júlio de Castilhos como editor; *O Paiz* (Rio de Janeiro), dirigido por Quintino Bocaiúva; e *A Província*, dirigido por Rangel Pestana (Bogéa, 2022).

Embora Castilhos tenha sido inicialmente sugerido para a direção de *A Federação*, ele não aceitou a função e indicou Venâncio Aires para ocupar o posto. Júlio de Castilhos decidiu, nesse primeiro momento do jornal, atuar como Secretário de Redação. Somente em 16 de maio de 1884 é que Castilhos assumiu formalmente a liderança do jornal. No ano de 1885 afastou-se da função, mas retornaria ao cargo posteriormente, ficando à frente da redação até 1888, quando foi sucedido por Ernesto Alves. Em 5 de agosto de 1889, Castilhos voltou a comandar o periódico, mantendo-se na função até 14 de julho de 1891, quando foi eleito presidente da Província e tomou posse no dia 15 de julho de 1891 (Franco, 1996 *apud* Rausch, F.; Hohlfeldt. A., 2006).

Júlio de Castilhos debutou em *A Federação* no mês de fevereiro de 1884, mediante a publicação de 16 artigos durante quatro meses. Esses artigos dedicaram-se a desconstruir o que ele identifica como “*sofismas² liberais*”, reunidos em três premissas fundamentais, que ele considera primitiva, desonesta e contraditória (cf. Rausch, F.; Hohlfeldt. A., 2006). Os artigos examinam os princípios que eram constantemente utilizados para degradar a República e o ideário republicano, dispendo do propósito de demonstrar a fragilidade dos argumentos sustentados pelos defensores da monarquia (Bogéa, 2022).

Segundo Hohlfeldt e Rausch (2006), o uso da estratégia argumentativa típica do jornalismo político-partidário da época encontrou na propaganda republicana uma de suas expressões mais acentuadas. Os artigos habitualmente eram longos e organizados de maneira didática. Cada texto iniciava com a exposição de argumentos favoráveis à monarquia, apresentados como ponto de partida para, em seguida, serem sistematicamente desconstruídos e substituídos por princípios associados ao ideário republicano. Ao final dos textos, era comum a presença de uma convocação ao leitor, alertando para os empecilhos monárquicas e indicando a mudança institucional como necessária. Essa estrutura recorrente organizava os temas tratados nas séries que acompanhavam a ordem das edições do jornal.

² Sofisma significa raciocínio ou argumento que se apresenta como lógico, mas que tem a intenção de enganar e induzir ao erro.

O primeiro “*sofisma liberal*” que abriu a série de artigos é o “*Não temos homens para a república*”. Contesta a narrativa monárquica de que o Brasil carecia de figuras públicas aptas a assumir e consolidar um governo sob os princípios republicanos:

É facilmente explicável o poder que tem tido a monarquia para produzir a nulificação dos homens por todos proclamada. Sob o seu regime de sofismas e de farsa constitucional, o monarca concentra em si todos os poderes nacionais pelo exercício do poder moderador, torna-se por essa forma a grande força invencível, que anula todo o esforço patriótico, que impede toda a iniciativa liberal, que sufoca toda a expansão do espírito democrático. Habitados a ver inutilizado todos os seus esforços, todas as nobres tentativas para fazer intervir o país na direção dos seus destinos, vencidos sempre pela força superior que a tudo resiste vitoriosa, os homens públicos acabaram, finalmente, por cair no abatimento, na passividade completa (*A Federação*, 28 de Fevereiro de 1884, p. 1 *apud* Bogéa, 2022, p. 33).

Conforme argumenta Castilhos no trecho, a estrutura monárquica resultava na formação de indivíduos politicamente invalidados e submissos. Essa condição seria agravada pela atuação do Poder Moderador, que, ao centralizar a autoridade máxima, bloquearia tanto a autonomia individual quanto a eventualidade de uma prática política pautada em valores democráticos (Bogéa, 2022). De acordo com Bogéa (2022, p. 34), “a monarquia era um deserto de capacidades, porque criava um ambiente de vícios que impedia o desenvolvimento de virtudes cívicas”.

O segundo “sofisma liberal” é o “*temos liberdade demais*”. Castilhos dirige-se criticamente aos monarquistas que, apesar de concordarem com os fundamentos sustentados pelo republicanismo, viam na substituição do governo meramente como uma “questão de forma”, que julgavam ser dispensável. Sendo assim, para os monarquistas, se a forma de governo é considerada irrelevante, então não haveria impedimentos para abandonar o modelo monárquico e adotar a República como nova estrutura política. Porém, eles atribuíam, de fato, importância à forma de governo, não por convicção política, mas por ausência de disposição para romper com o antigo regime e aderir ao progresso (Bogéa, 2022, p. 35-36).

A Federação aponta um equívoco complementar nesse discurso:

Impotentes para demonstrar o contrário, os nossos adversários, fazendo silencio sobre a demonstração dos republicanos, nos bradam:

Dizeis que não temos liberdade demais; entretanto, não pode ser mais livre a manifestação do pensamento do que entre nós. A prova é que hostilizais abertamente a nossa forma de governo e as demais instituições; fundais assembleias republicanas, tendes imprensa que defende as vossas ideias. E tudo isto fazeis impunemente. Antes de tudo, cumpre-nos recolher o próprio testemunho dos monárquicos: são eles mesmos que no afã de enumerar as liberdades de que gozamos, não atestam o gozo doutra liberdade além da de pensamento.

Entretanto, a liberdade não se divide, ela é um todo sistemático, que ou existe integralmente ou não existe de forma alguma. Não há meia liberdade ou liberdade parcial; ela é uma e indivisível. (*A Federação*. 04 de Abril de 1884, p. 1 *apud* Bogéa, 2022, p. 36)

Sendo assim, o jornal expõe que a mera chance de garantir uma proposta alternativa de governo ou de expressar ideias divergentes da monarquia, não poderia ser confundida com a existência real de liberdade, pois esta deveria ser absoluta e integral (Bogéa, 2022). Para Castilhos, a condição de superioridade atribuída ao monarca configurava-se como um obstáculo direto ao exercício de diversas liberdades, que iam desde a autonomia econômica, comprometida por normas legais restritivas, até os direitos relacionados à educação e à manifestação do pensamento no cenário nacional (cf. Rausch, F.; Hohlfeldt. A., 2007). Para concluir sua argumentação, o publicista recorre a declarações de figuras tanto do campo conservador quanto liberal, cujos posicionamentos corroboram suas teses. Explorando criticamente os embates retóricos travados entre liberais e conservadores, utilizando das acusações que cada grupo dirigia ao outro conforme alternavam no poder (cf. Rausch, F.; Hohlfeldt. A., 2006).

O terceiro e último “sofisma liberal” é o “exemplo negativo das repúblicas sul-americanas”. Após *A Federação* apresentar aos leitores as distinções fundamentais entre os regimes republicano e monárquico, o periódico passa a utilizar como artifício argumentativo a análise de nações que enfrentaram dificuldades posteriormente a adoção do sistema republicano. Com o objetivo de questionar a legitimidade da monarquia, o publicista recorre a eventos recentes da história imperial brasileira, alegando que o sistema vigente não está imune a momentos de colapso institucional. Apontando que os episódios revolucionários vivenciados no país foram infrutíferos, pois as tensões que os motivaram permaneceram sem solução efetiva (Rausch, F.; Hohlfeldt. A., 2007).

Os artigos d’A Federação avaliam que o cenário nacional oferecia condições abundantes para a consolidação do modelo republicano, apontando para a chances de avanços mais consistentes no futuro, sobretudo ao considerar as experiências recentes de países latino-americanos. Concluída a refutação dos argumentos considerados enganosos, os “falsos silogismos”, o periódico passa a provocar uma reflexão crítica no leitor, indagando por que apenas o Brasil permaneceria inapto de adotar o modelo republicano, enquanto que outras nações, enfrentando desafios ainda mais severos, já tinham conseguido realizar essa transformação (Rausch, F.; Hohlfeldt. A., 2007, p. 17).

Bogéa (2022) alega que, ao realizar essa observação, *A Federação* busca evidenciar que os próprios defensores da monarquia reconheciam a inevitabilidade das reformas reivindicadas pelos republicanos. Em outras palavras, havia uma convergência de interesses entre monarquistas e republicanos, caberia aos monarquistas a mera disposição política para admitirem. Quando *A Federação* recorre aos projetos formulados pelos monarquistas nos

anos 1860, ele busca demonstrar que as reivindicações por modificações no sistema imperial já eram pautas obsoletas.

Como fica evidente, a função primordial do periódico era instituir a formação política nos civis, além de ser um instrumento fundamental para estabelecer a mobilização republicana na região, que se encontrava em estágios iniciais em 1880. O Partido Republicano conseguiu, assim, atrair um número crescente de novos apoiantes utilizando-se da imprensa. De acordo com *A Federação*, a audiência mais afetada pela propaganda republicana ferrenha foi a mocidade. Essa juventude estava desapontada com o sistema e as instituições monárquicas. Era um movimento emergente, que atraía um número crescente de jovens, amparado por um núcleo firme de intelectuais e figuras políticas (Bogéa, 2022).

7. CAPÍTULO 3 - República, Autoritarismo e Militarismo nas páginas de *A Federação*

Conforme discutido nos capítulos anteriores, os meios de comunicação exerceram função central na formação do ideário republicano. O jornal *A Federação* abordou temas de grande relevância no final do século XIX, entre eles o movimento abolicionista (sua perspectiva particular sobre o tema) e, de modo mais enfático, a defesa da implantação do regime republicano. Como destacam os autores Rausch e Hohlfeldt (2007), Castilhos apresenta ao público do Rio Grande do Sul e do restante do país aquilo que interpretava como ações opressoras direcionada aos militares, trazendo o enfoque à “Questão Militar” (1886-1887), que intensificou a crise das estruturas monárquicas e apontava para a viabilidade de uma transição ao sistema republicano de governo. A Questão Militar designa um conjunto de episódios caracterizados por tensões entre o Exército e o governo imperial, evidenciados por atos de insubordinação e pela ruptura das estruturas hierárquicas (Nascimento, 2009), que culminam com a publicação do manifesto *A Questão Militar* em 1887, no jornal *O Paiz* (Aliaga, 2024). Passaremos a apresentar os principais episódios que a antecederam e que estão envolvidos nela.

Percebida como uma possível substituta do Exército nas funções de defesa, a criação da Guarda Nacional em 1831 foi recebida com preocupação por muitos militares. A condição secundária atribuída ao Exército no período imperial constitui a principal razão para o cenário desestimulador da carreira militar nesse período. A prevalência da autoridade civil foi, de fato, uma das marcas mais expressivas da política do Império. A supremacia do poder civil era enaltecida pela Monarquia, sobretudo ao comparar a realidade brasileira com a de outras nações vizinhas, visto que políticos liberais propuseram a dissolução total do Exército (Castro, 1995).

Dentro de uma estrutura militar ainda marcada pelo atraso (desaparelhamento e escassos recursos), os jovens oficiais com formação acadêmica superior enfrentavam dois obstáculos: eram excluídos tanto por pertencerem a um Exército pouco modernizado quanto por estarem inseridos em um sistema político dominado por juristas formados em Direito, que monopolizavam os espaços de poder sob a monarquia (Carvalho, 1980). Embora as tensões que alimentaram o descontentamento do Exército tenha se acentuado a partir da Guerra do Paraguai (1864–1870), especialmente em razão da demora nos pagamentos, suas origens remontam, pelo menos, desde a década de 1850 (Nascimento, 2009).

Após 1850, a lógica de progressão na carreira militar foi reformulada, com o objetivo de limitar o avanço acelerado de oficiais por meio de apadrinhamentos políticos ou laços aristocráticos. Essa reestruturação passou a exigir formação acadêmica como critério essencial para promoções. Para os oficiais das denominadas armas “científicas”, a continuidade na trajetória profissional passou a estar vinculada à formação na Escola Militar. A ausência desse requisito implicava sua transferência compulsória para áreas como a infantaria ou cavalaria, cuja legislação vigente passou a conferir vantagens àqueles com instrução superior. Esse direcionamento resultou, em 1857, na completa escolarização dos oficiais dessas áreas, todos eles formados na Escola Militar (Castro, 1995).

A introdução de regras burocráticas para a ascensão militar afastou a elite da carreira, já que as promoções passaram a depender de méritos e qualificações, e não mais de origens sociais ou contatos familiares. Isso fez com que o Exército se tornasse uma instituição mais profissional, com maior ênfase na competência interna. Esse processo foi fundamental para que posteriormente a instituição desempenhasse um papel mais ativo no cenário político (Castro, 1995).

Schwartzman (2007), expõe que desde 1850 o currículo da Escola Militar do Rio de Janeiro, localizada na Praia Vermelha, baseava-se em doutrinas com inspiração positivistas. De acordo com Holanda (1978), os seguidores do positivismo estavam convictos de que suas ideias seriam inevitavelmente aceitas pela humanidade, por serem fundamentadas na razão e na perfeição. Por essa lógica, não poderiam ser questionadas, impondo-se naturalmente a todos aqueles considerados racionais e dispostos. Segundo Cunha (2014), o Positivismo forneceu uma base ideológica que guiou a atuação política dos militares, especialmente do Exército, na busca por um papel de liderança tanto no Estado quanto na sociedade, desde o fim da Guerra do Paraguai.

Conforme aponta Torres (1957) e Castro (1995), Benjamin Constant é considerado por muitos como um dos principais articuladores da República no Brasil. Ele desempenhou não apenas funções militares, mas também se destacou no campo da educação. Seu trabalho teve papel decisivo na consolidação de um primeiro grupo de cadetes que adotaram de forma sistemática os princípios do positivismo. Constant era enxergado como uma referência ética e um símbolo do ideal científico. Nos anos finais do Império, a Escola Militar já se encontrava profundamente marcada pela influência do positivismo (Pinheiro, 2016).

Foi com destaque para a chamada “mocidade militar”, expressão que se referia aos alunos da Escola Militar da Praia Vermelha entre 1874 a 1889, que o cientificismo ganhou força no interior do Exército (Castro, 1995). Essa difusão ocorreu, principalmente, por meio

dos chamados oficiais “científicos”, que desempenharam um papel decisivo na circulação e consolidação dessas ideias no meio militar (Nascimento, 2009). No Exército era comum a distinção entre dois perfis de oficiais, referidos pelos próprios militares como “científicos” e “tarimbeiros”. Os primeiros valorizavam a formação acadêmica e o domínio de saberes técnicos e intelectuais, enquanto os segundos, frequentemente mencionados de maneira depreciativa pelos “científicos”, representavam uma tradição mais conservadora e prática, associada à experiência de campo e à rigidez disciplinar, com menor apreço pelo conhecimento teórico (Castro, 1995).

Frustrados com a formação da sociedade imperial, esses militares se orgulhavam de ter conquistado suas posições com base no mérito, diferentemente dos que se favoreciam de privilégios e relações pessoais. Em contrapartida, uma grande parte dos estudantes da Escola Militar da Praia Vermelha não se via como profissionais da carreira militar, tendo optado por ela apenas como uma alternativa para alcançar a formação acadêmica. A Escola Militar atraía, principalmente, filhos de militares, jovens de famílias carentes e oriundos de regiões empobrecidas. Para muitos desses, a instituição militar era a única alternativa viável, o que resultou no Exército abrigando uma grande quantidade de oficiais sem aptidão para a carreira militar (Nascimento, 2009).

No começo da década de 1880, princípios como a exaltação da ciência e da técnica, o racionalismo, a defesa da centralização do poder e de uma administração eficiente circulavam com frequência entre os militares de formação intelectual (Schwartzman, 2007). A Igreja Católica e o Exército começaram a se afastar das estruturas do Estado imperial, revelando um processo de divisão que transcendia os conflitos partidários, colocando essas instituições no âmago das discussões políticas mais urgentes da época (Salles, 1996). Em meio às tensões provocadas, vieram à tona debates sobre a integridade da honra militar, os limites da autoridade civil sobre os militares e outras disputas de fundo político e institucional (Schwartzman, 2007).

Desde o Império, o positivismo exerceu influência significativa tanto na política quanto no Exército, especialmente no Rio Grande do Sul, suas ideias também marcaram profundamente o PRR. A adesão dos oficiais brasileiros ao positivismo levou à reorganização das escolas militares e à reformulação da doutrina castrense, promovendo a disseminação dessas ideias na estrutura do Exército. A limitada projeção social da carreira militar naquele período contribuiu significativamente para essa identificação com a corrente filosófica (Bellintani, 2009).

Dentre os oficiais que defendiam as transformações no cenário político-militar, como no episódio da Questão Militar, Benjamin Constant era considerado uma das figuras mais representativas. Contudo, as propostas de reforma que ele apresentava revelavam-se mais moderadas se comparadas àquelas que seriam formuladas nos anos seguintes. Nesse período da década de 1880, surge no Brasil a noção de soldado-cidadão, que simboliza a ideia de que os militares devem atuar ativamente na política. De acordo com essa ideia, a participação política do soldado é vista como fundamental, especialmente em momentos de renovação política, como foi o caso da Proclamação da República (Bellintani, 2009).

Bellintani (2009) define o soldado-cidadão como:

(...) representa[te] [d]o civil de farda, que ascende socialmente pela interferência política. O positivismo aproxima tanto o militar do cidadão comum, que, nessa concepção filosófica, o soldado brasileiro passa a ser considerado o cidadão armado. Assim, a forma que esses esquecidos da pátria encontram para se posicionar frente ao desprezo da elite, é o intervencionismo político do soldado-cidadão (p. 6).

Simultaneamente com a forte ideologia do positivismo tanto no Exército quanto nas Faculdades de Direito do país, a Guerra do Paraguai direcionou para o alinhamento entre militares e civis contra a monarquia. Conforme Aliaga (2024) expõe, a Guerra da Tríplice Aliança mobilizou amplamente a população, mas o peso desse esforço recaiu sobre os escravizados e as camadas mais pobres, que compunham a base dos chamados “voluntários da Pátria”. Enquanto isso, as elites rurais evitaram qualquer envolvimento direto no conflito e ainda aproveitaram a oportunidade para lucrar com a venda de escravos a preços inflacionados.

Nascimento (2009) argumenta que a Guerra do Paraguai provocou uma intensa mobilização interna no Exército. Foi nesse cenário que emergiu, pela primeira vez na trajetória política do Brasil, um sentimento de unidade entre os militares, articulado em torno de reivindicações organizacionais, sociais e políticas, que seria posteriormente intensificado pela Questão Militar.

No início do conflito, o Império enfrentou um Exército debilitado e mal estruturado, que lidava com condições precárias nos quartéis, a aplicação de castigos físicos, baixos salários, atrasos e manipulação nas promoções, além de frequentes pendências no pagamento de pensões. A composição das tropas decorreu de uma política de recrutamento obrigatório, que absorvia predominantemente ex-escravizados e indivíduos excluídos socialmente. Naquele período, a carreira militar tinha seu prestígio associado à Guarda Nacional, enquanto

o Exército, devido às condições instáveis nos quartéis, era visto como uma instituição de menor importância (Nascimento, 2009).

Essa situação se agravou em 1884 com a censura imposta aos militares, que passaram a ser proibidos de expressar críticas ao governo imperial por meio dos jornais. Atingiu seu auge pela condenação de oficiais como Sena Madureira, na época comandante da Escola de Tiro em Rio Pardo, e o coronel Cunha Mattos (Musecom, 2021). Mattos foi punido com prisão disciplinar pelo Ministro Alfredo Chaves, posteriormente a publicações de editoriais criticando um deputado (Rausch, F.; Hohlfeldt, A., 2007). Esse episódio representa a primeira manifestação explícita de oposição do Exército ao governo imperial (Bueso, 2013). Como observa Céli Pinto (1986), o discurso militar sofre uma transformação, passando a se constituir em confronto com a autoridade civil, percebida como corrompida e como agente de desvio da legalidade que os militares diziam defender.

Essa crise se intensificou quando Deodoro da Fonseca, então presidente da província e comandante das Armas no Rio Grande do Sul, não aceitou cumprir a determinação que coibia pronunciamentos de teor crítico feitos por militares nos meios de comunicação. Receptivo ao descontentamento dos oficiais, Júlio de Castilhos intercedeu por meio de *A Federação*, posicionando-se em defesa do Exército, o que lhe garantiu a adesão de setores militares que eram considerados desrespeitados e excluídos das decisões políticas (Musecom, 2021).

Ao tratar da Questão Militar, o jornal *A Federação* manifesta inquietação quanto aos desdobramentos políticos, ao mesmo tempo em que critica severamente a postura do governo, considerada autoritária e desatenta às demandas apresentadas pelos militares. Com o avanço dos acontecimentos, o periódico passa a evidenciar apoio às iniciativas promovidas pelos setores militares (Bueso, 2013). No Rio Grande do Sul, o republicanismo de aspiração positivista desempenhou papel central, especialmente sob a liderança de Júlio de Castilhos. Esse protagonismo foi possibilitado, em grande medida, pela estreita articulação entre setores civis e militares no Estado. Pode-se dizer que a experiência republicana teve ali seu início mais concreto, estabelecendo um modelo de conflitos regionais marcado pelas tensões entre centralização e autonomia local, bem como entre autoridade civil e domínio militar — dinâmicas que viriam a moldar a política nacional nas décadas subsequentes. (Schwartzman, 2007)

A atuação do Rio Grande do Sul na Questão Militar se sobressaiu de forma expressiva. Em 1886, o Visconde de Pelotas, marechal e senador liberal pelo Estado, declarou um discurso no Senado, em oposição ao governo imperial. Já Sena Madureira, figura

personagem chave da crise de 1883, realizou um pronunciamento público em solo gaúcho, no qual criticava rigorosamente o ministro responsável por sua punição em 1884. No final de 1886, o então presidente da província do Rio Grande do Sul, um general oriundo do próprio estado, saiu em defesa pública de Sena Madureira. Tratava-se de Deodoro da Fonseca, que, poucos anos depois, estaria à frente do movimento que depôs o regime monárquico em 1889. Júlio de Castilhos, por sua vez, fazia-se presente de maneira constante por meio de seu jornal, que desempenhava um papel ativo ao sustentar e intensificar o embate entre a hierarquia militar e o poder civil (Schwartzman, 2007).

Esse apoio endossa o debate quando Castilhos publica em *A Federação* no 27 de setembro de 1886 o seguinte artigo:

(...) Em qualquer caso, pertença a principal responsabilidade a quem pertencer, os fatos que ocorrem são um salutar aviso ao exército, que deve já saber qual é a posição que lhe está destinada nesta derradeira fase do segundo reinado.

Desde que, sob o pretexto de disciplina militar e erigindo a obediência passiva em divisa suprema, o poder público proíbe aos militares a própria defesa pessoal - sem censura prévia, a nobre classe fica impedida de exercer direitos primordiais e até privada de cumprir o dever que sob o ponto de vista militar lhe é duplamente imperioso - o dever de manter inviolável a suscetibilidade do seu pundonor, o dever de zelar a dignidade própria.

Até que ponto podem chegar os desvarios do Império!

Felizmente, o exército nacional conta oficiais da grandeza moral do tenente-coronel Madureira, que, diante do arbítrio do poder desvairado, sabe manter a mais nobre altivez, digna em tudo da sua bravura militar e da sua reconhecida capacidade de chefe estimado e eminente.

Ao altivo protesto que ele publicou contra a repreensão que lhe foi infligida - a Federação há de consagrar amanhã a mais respeitosa atenção, no cumprimento de um dever de solidariedade patriótica (Castilhos, 2003, p. 45).

Paulatinamente, a tensão entre civis e militares foi se solidificando, um processo que culminaria no golpe republicano e que foi amplificado por conflitos singulares. A visão dos civis como um grupo subalterno fez com que os militares se enxergassem como um corpo diferenciado, unido na defesa de interesses específicos (Nascimento, 2009). Vale destacar que, apesar da proximidade entre as lideranças civis e militares no Rio Grande do Sul, tal relação não representava uma integração plena entre esses dois segmentos. Desde a Guerra do Paraguai, o Exército brasileiro vinha se consolidando como uma força profissionalizada e institucionalizada no âmbito do Estado, de modo que a chamada Questão Militar não pode ser compreendida apenas como um embate isolado entre a elite política rio-grandense e a Monarquia. (Schwartzman, 2007)

A articulação entre os republicanos e os militares envolvidos nas “questões militares”, particularmente os então estudantes e os formados na classe de Benjamin Constant na Escola Militar da Praia Vermelha, revelou-se categórico para os desdobramentos que se seguiram. Essa aliança se consolidou no momento em que setores do Partido Republicano passaram a enxergar na intervenção militar uma via estratégica para viabilizar a proclamação da República. (Boehrer, 2000)

Em 5 de julho de 1887, Castilhos publica mais um artigo em favor dos militares, alegando que o estado monárquico:

(...) Quis proibir a reunião militar, conspirando e ameaçando, mas a reunião efetuou-se em presença de mais de 200 oficiais, presididos pelo General Deodoro, que teve como secretário aquele mesmo militar altivo que o oficialismo diz ser um discolor - o tenente coronel Madureira.

Proíbe-se o telégrafo, interdizem-se as comunicações, como se fosse da suposta rebeldia do sul que partissem neste momento as manifestações e os atos que deixam aturdido e sobressaltado o governo forte...

Eis o que vão conseguindo os homens que agora dispõem do poder público para desprestigiá-lo e desagradá-lo.

Quando as reuniões militares se efetuavam aqui, perante os que o interpelavam no parlamento, o governo simulava atenuar o efeito, alegando que elas foram precedidas da competente licença...

Agora que se efetuam na capital do império, mesmo às vistas do governo, impotente para impedi-las, apesar de todos os esforços, inclusive aliciações e ameaças, o que poderá ele alegar? (Castilhos, 2003, p. 55).

Esse trecho evidencia o enfraquecimento da autoridade do governo imperial diante da crescente mobilização militar. A crítica recai sobre a incoerência das autoridades: antes justificavam a realização dessas reuniões alegando que tinham sido autorizadas, depois mesmo com todos os esforços para impedi-las, nada conseguiram fazer. Castilhos ironiza a impotência do governo e denuncia a perda de prestígio do poder público, sugerindo que as próprias ações autoritárias e mal planejadas dos dirigentes estariam contribuindo para sua desmoralização. Ao reprimir manifestações militares sob a justificativa de conter uma suposta rebeldia vinda do sul, o governo ignora que o centro da crise está na própria capital, tornando-se refém de sua incapacidade de lidar com a crescente tensão entre civis e militares, um sintoma claro da crise que antecede a queda do regime monárquico.

O artigo publicado pelo jornal A Federação em 2 de abril de 1888 é um chamado claro e contundente à ação revolucionária contra o regime monárquico. Ele expressa profunda indignação com o estado de coisas no Império do Brasil, que é descrito como dominado pela

"incompetência" e pela "imoralidade". O jornal defende que os brasileiros patriotas não podem permanecer inertes nem adotar uma postura de espera, pois isso seria um erro grave diante da crise vivida pelo país:

(...) Perante o domínio da incompetência e da imoralidade que se apresenta qual deve ser o procedimento dos brasileiros? Resistir, resistir por todos os modos.

A posição expectante é um crime; o momento chama à ação todos os patriotas, todos aqueles que não entendem explorar a pátria.

A transigência só pertence àqueles que perderam a noção da resistência nas concessões a que os obriga a falsa situação criada por um procedimento irregular, ditado por motivos inconfessáveis.

Chegou a hora da luta.

O momento é eminentemente revolucionário; o que nos cumpre é congregar todos os elementos esparsos, dirigir a sua ação, organizar a luta, dar-lhe um objetivo certo.

Não será com meias medidas da política imperial, tomadas mais no interesse da monarquia do que no da nação, que esta há de sair do deplorável estado em que se acha.

Há uma causa constante dos nossos males e do nosso atraso; um escoadouro por onde se vão em pura perda todas as energias e todo esforço dos brasileiros.

É a monarquia. Urge eliminá-la. (Castilhos, 2003, p. 72).

O artigo revela uma crítica contundente à indiferença diante da crise política, classificando a flexibilidade como um sinal de degradação moral por parte daqueles que se acomodaram diante das concessões impostas por um regime considerado ilegal. Em contraposição, defende a urgência de uma reação ativa e coordenada, convocando os cidadãos a se engajarem na luta contra o sistema monárquico. Esse trecho caracteriza o contexto como essencialmente revolucionário, ressaltando a necessidade de reunir os grupos dispersos da sociedade em torno de uma ação popular, orientada por objetivos claros e revolucionários.

De acordo com o jornal, não há mais espaço para “meias medidas” tomadas pelo governo imperial, pois essas reformas seriam apenas tentativas de preservar a monarquia, e não de beneficiar a nação. Castilhos identifica a monarquia como a origem de todos os males do país. A conclusão é direta e radical: é urgente eliminar a monarquia para que o Brasil possa progredir.

Em 17 de agosto de 1889, três meses antes da Proclamação da República, *A Federação* defende que o Exército tem direito à liberdade de pensamento:

O que o conselheiro Gaspar não admite por forma alguma é que os militares possam pensar livremente sobre as presentes e futuras condições políticas da sua Pátria. (...) Negar à

corporação armada a liberdade de pensamento no sentido político, sob pretexto de que os seus membros só devem obedecer, e obedecer passivamente, é conceber a instituição militar moldada nas formas de um automatismo simplesmente degradante, se não fosse incoadunável com uma coletividade composta de seres humanos.

Tal negação envolve o preconceito fenomenalmente absurdo, de que a força pública é constituída por homens de todo excluídos da comunhão nacional, que, assumindo a investidura militar, renegaram a sua qualidade de cidadãos. (Castilhos, 2003, p. 75-76).

Castilhos critica duramente a ideia de que os militares não devem se envolver com reflexões políticas. Segundo o artigo publicado, impedir que integrantes do Exército pensem ou se posicionem sobre a situação e os rumos do país é tratá-los como máquinas desprovidas de consciência ou opinião própria. É argumentado que a postura autoritária, além de desrespeitosa, ignora o fato de que os militares continuam sendo cidadãos e têm o direito de participar do debate público. Ao assumir o Exército, eles não renunciam à sua cidadania nem devem ser excluídos da vida política da nação.

No mesmo artigo do dia 17 de agosto de 1889, Castilhos alega a ideia de que o Exército deve ser visto como uma extensão da própria sociedade. Uma "nação armada" formada por cidadãos que assumem a missão de proteger o país, tanto contra ameaças externas quanto na manutenção da ordem interna:

(...) O exército de hoje - e o Exército Brasileiro é um fecundo exemplo pela atitude de honra sempre mantida - é a nação armada, é o núcleo de cidadãos constituídos para o fim especial de guardar a honra nacional perante o exterior e de manter internamente a paz pública. (...) Se a investidura militar, longe de extinguir ou enfraquecer, vigora o civismo e deve robustecer a noção do cumprimento do dever do cidadão, não é possivelmente negar aos que assumem as mesmas faculdades que não se contestam a todos os membros da coletividade nacional.

O soldado, por ser soldado, não deixa de ser cidadão, e nesta qualidade não tem somente a faculdade, mas tem o dever de se interessar pela boa direção de sua pátria. (...) (Castilhos, 2003, p. 76).

Ressaltando que o Exército Brasileiro é um exemplo digno por manter sempre uma postura honrada, sendo composto por indivíduos que não deixam de ser cidadãos ao vestirem a farda. Além disso, argumenta que ser militar não elimina os direitos e deveres civis. Pelo contrário, o compromisso com a pátria deve ser ainda mais forte entre os soldados, pois a formação militar deveria reforçar o senso de cidadania e responsabilidade cívica. Dessa forma, o jornal defende que os militares não só podem, como devem se preocupar com os rumos políticos do país, contribuindo para a sua boa condução.

Segundo Schwartzman (2007), a instauração da República no Brasil contou com expressiva atuação do Exército, especialmente no Rio Grande do Sul, em que os militares tiveram papel central tanto na oposição ao regime imperial quanto na deflagração do golpe de 1889, sob a liderança do Marechal Deodoro da Fonseca. A influência dos militares foi determinante para a Proclamação da República e deixou marcas profundas na configuração política dos primeiros anos do novo regime.

Embora houvesse uma forte aproximação entre as lideranças civis e militares no Rio Grande do Sul, isso não significava uma integração concreta entre os dois. Os republicanos mais radicais, como Silva Jardim e Júlio de Castilhos, foram progressivamente afastados dos eventos que culminaram no golpe de 15 de novembro. Para o Exército, a implantação da República foi, na essência, uma ação dos militares, na qual a ação direta dos civis foi deliberadamente desprezada (Schwartzman, 2007).

Em 16 de novembro de 1889, Castilhos exalta o golpe no artigo publicado em *A Federação*. Celebrando a proclamação da República como uma conquista do povo e do Exército contra a opressão da monarquia, exaltando a revolução como um marco glorioso da história nacional:

E o regime do privilégio está abolido! A República está proclamada!
A unidade da Pátria está salva! Tudo em plena paz. (...)
Bastou que a nação armada - o valoroso exército e a valorosa marinha bélica - fraternizando com o povo, cansado já de suportar com heróica resignação os desmandos, os vexames, as afrontas e o ousado arbítrio de um poder provocador e abusivo, retirasse o seu apoio ao regime que por essa forma se incompatibilizara com a nação. (...)
Estavam previstas as conseqüências dessa política fatal: a gloriosa e fecunda revolução de ontem completou a grande obra do nosso passado histórico.
Povo! saudemos o exército e a armada!
Cidadãos! Saudemos a República, saudemos a Pátria livre. Viva o exército!
Viva a armada!
Viva a República!
Viva a Pátria! (Castilhos, 2003, p. 77-78)

No artigo publicado dia 19 de novembro de 1889, Castilhos justifica o golpe da República como um movimento inevitável e legítimo, apresentando a nova ordem como resultado de um processo natural, que não impôs a violência armada, mas sim a preservação da estabilidade nacional. A República é descrita como uma vitória de toda a nação, não de um único partido, e a ditadura provisória é defendida como uma necessidade temporária para garantir a segurança do Brasil:

A República está feita.
Com rapidez elétrica este movimento sem exemplo na história apoderou-se da alma inteira da pátria. (...)
Entretanto, a ordem permanece. Não é a ordem imposta no deslumbramento faiscante das baionetas. É a ordem natural, resultado necessário de um movimento que obedece a leis indefectíveis.(...)

Uma vitória da nação e não uma vitória de um partido. A República não altera, na antiga ordem de coisas, senão os elementos indispensáveis à conservação da ordem, base essencial da sua sagrada missão. Não há ódios, não há perseguições. Não fizemos a República para nós; fizêmo-la para todos os brasileiros. (...)

Governa este Estado e nossa pátria, uma ditadura.

É uma necessidade dos tempos que atravessamos. Essa ditadura foi instituída para o seu bem. Ela tem mais a zelar do que a própria honra dos homens, que a exercem direta ou indiretamente: ela tem a indescritível responsabilidade dos augustos destinos da Pátria brasileira. (...)

Mas, pelo bem público, e pela salvação da pátria e da república o governo não se deterá diante dos mais terríveis reclamos das circunstâncias.

Povo rio-grandense, confiai em vós e no patriotismo do glorioso filho do Rio Grande que vos preside. (Castilhos, 2003, p. 78-79)

Esse artigo do dia 19 exalta a responsabilidade do governo, pede confiança no patriotismo dos líderes e afirma que as ações drásticas são necessárias para o bem público e para a salvação da pátria, apelando ao apoio popular à nova ordem republicana.

8. CONCLUSÃO

Como procuramos demonstrar, o militarismo não se limitou apenas ao uso da força armada, mas serviu como uma abordagem para reorganizar o poder político com base em uma ideologia autoritária e positivista. O jornal *A Federação* demonstrou ter um papel crucial na propagação dos ideais republicanos, empregando um discurso ideológico que favoreceu a centralização do poder no PRR e na liderança do comandante militar. A divulgação republicana por meio da imprensa foi fundamental para o êxito da mudança política e para a legitimação da intervenção militar na esfera política (Rausch, F.; Hohlfeldt, A., 2007).

A República no Brasil trouxe a promessa de mudanças políticas e jurídicas, entre elas a implantação da Federação, associada a ideais de autonomia e democracia, seguindo o modelo norte-americano. As discussões no Congresso Constituinte de 1890-1891 mostram que havia preocupação em consolidar o sistema federativo, embora sua aplicação tenha enfrentado dificuldades desde o início, o federalismo brasileiro nasceu frágil e não impediu práticas centralizadoras (Baracho, 1986).

No primeiro capítulo, ao tratar do debate republicano no Rio Grande do Sul, ficou evidente que apesar da existência de vozes que defendiam uma República federativa e democrática, como Francisco Xavier da Cunha e Assis Brasil, prevaleceu a interpretação autoritária da República, imposta por Júlio de Castilhos e consolidada pelo PRR. Essa transformação revelou a presença de diferentes projetos políticos dentro do republicanismo, sendo o castilhismo o que mais se sobressaiu na construção do regime pós-1889. O solo político e ideológico do Rio Grande do Sul mostrou-se fértil à centralização do poder e à construção da imagem de um líder forte (Piccolo, 2010; Carvalho, 2002).

Ao longo do segundo capítulo, analisamos como a imprensa foi utilizada como instrumento de propaganda política, especialmente o jornal *A Federação* que desde sua criação, tinha como função defender e sustentar o programa do PRR. A partir de estratégias argumentativas estruturadas, o periódico atuava na formação da opinião pública, especialmente por meio de séries como “*Os Sofismas*”, que buscavam desconstruir os argumentos monarquistas e instruir os leitores a partir de uma perspectiva republicana (Bogéa, 2022). A intenção pedagógica do jornal era mostrar que a monarquia era sinônimo de retrocesso e instabilidade institucional, enquanto a República era apresentada como a única via possível para o progresso do país (Rausch; Hohlfeldt, 2007).

Como argumenta Barbosa (2010 *apud* Bueso, 2013), os jornais do período não apenas informavam, mas construíam discurso buscando destacar a opinião pública. No caso da

Federação, eles tinham como objetivo a centralização, disciplina, hierarquia e apoio à intervenção militar como forma de reorganização nacional.

No terceiro capítulo, a análise da “Questão Militar” evidenciou o papel decisivo que *A Federação* teve na articulação entre os republicanos do PRR e os militares insatisfeitos com o governo imperial. O jornal passou a defender publicamente os oficiais punidos por manifestações políticas e a criticar a repressão por parte do Império, tratando a atuação militar como legítima frente à crise institucional. Castilhos utilizou o jornal como espaço para defender a honra da classe militar, contribuindo para consolidar o apoio do Exército ao projeto republicano (Castilhos, 2003; Nascimento, 2009; Rausch; Hohlfeldt, 2007). A ideia do “soldado-cidadão” ganhou força no contexto do positivismo, associando o militar à figura de um agente político legítimo, capacitado, racional e comprometido com a moral e o progresso nacional (Bellintani, 2009). Essa concepção, muito difundida entre os jovens formados na Escola Militar da Praia Vermelha, fortaleceu o vínculo entre autoritarismo e militarismo, e foi intensamente defendida pelo jornal *A Federação* (Castro, 1995; Cunha, 2014).

De acordo com Castilhos (2003) e Bueso (2013) apoio às manifestações militares demonstra que o jornal não apenas repercutia os acontecimentos, mas atuava como agente ativo na construção de um consenso em torno da legitimidade da intervenção. As críticas ao governo imperial tornaram-se cada vez mais duras à medida que se aproximava a queda da monarquia. Ao se colocar ao lado dos oficiais punidos, Castilhos usava os editoriais para criticar duramente os abusos do governo imperial, revelando a postura abertamente golpista do periódico nos meses que antecederam o 15 de novembro de 1889.

Desse modo, compreendemos que o autoritarismo fez parte da base do projeto político republicano desde sua origem. A análise dos editoriais permitiu observar que *A Federação* não apenas divulgava ideias republicanas, mas reforçava e legitimava um modelo específico de República centralizadora e hierárquica. Como analisado por Schwartzman (2007) e Miglioranza (2007), a continuidade de práticas autoritárias do Império sob um novo regime republicano demonstra a permanência de uma lógica de dominação e exclusão. As hipóteses centrais do trabalho foram confirmadas: existe uma relação direta entre autoritarismo e militarismo no discurso do PRR, e *A Federação* foi peça-chave na construção dessa articulação. O periódico atuou como difusor de um modelo político baseado na autoridade e no controle. (Bueso, 2013; Rausch, F.; Hohlfeldt. A., 2007).

A análise das fontes primárias dos editoriais reforçou a ideia de que a imprensa desempenhou um papel essencial na construção do consenso em torno da ruptura com a

monarquia e na legitimação do novo regime. O jornal não apenas relatava os fatos, mas participava ativamente da produção de uma narrativa que vinculava o republicanismo à ordem, ao progresso e à intervenção militar (Piccolo, 2010; Bogéa, 2022; Miglioranza, 2007).

A compreensão histórica desses discursos autoritários e sua difusão por meio da imprensa contribuiu para o entendimento de que a República no Brasil nasceu com uma forte herança autoritária (Carvalho, 2005; Schwartzman, 2007; Alonso, 2002;). Ao investigar o papel de *A Federação*, foi esclarecido como os discursos legitimadores do militarismo foram construídos, moldando a estrutura do poder político desde a origem da República.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGÊNCIA BRASIL. História Hoje: conheça a trajetória do político Joaquim Nabuco. **Rádioagência Nacional**, Brasília, 20 jul. 2016. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/geral/audio/2016-07/historia-hoje-con-heca-trajetoria-do-politico-joaquim>. Acesso em: 7 abr. 2025.

ALIAGA, L. **O soldado-cidadão e o intervencionismo moderador na Primeira República: passado-presente**. *Revista Brasileira de Estudos de Defesa*, [S. l.], v. 11, n. 2, p. 223–247, 2024. DOI: 10.26792/rbed.v11i2.75389. Disponível em: <https://rbed.abedef.org/rbed/article/view/75389>. Acesso em: 8 set. 2024.

ALONSO, Angela. **Ideias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil-Império**. São Paulo: Paz & Terra, 2002.

ASSIS BRASIL, J.F. 1888. **A República Federal**. 4a ed., São Paulo, Leroy King Bookwalter.

BARACHO, José Alfredo de Oliveira. **Teoria Geral do Federalismo**. Rio de Janeiro: Forense, 1986.

BARBOSA, Marialva. **História Cultural da Imprensa: Brasil - 1800-1900**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.

BAUMGARTEN, Carlos Alexandre. **Literatura e crítica na imprensa do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: EST, 1982.

BELTRÃO, Luiz. **Jornalismo opinativo**. Porto Alegre: Sulina, ARI, 1980.

BELTRÃO, Luiz; QUIRINO, Newton de Oliveira. **Subsídios para uma teoria da comunicação de massa**. São Paulo: Summus, 1986.

BELLINTANI, Adriana Iop. **O Positivismo e o Exército Brasileiro**. ANPUH-XXV Simpósio Nacional de História, p. 1-9, 2009.

BOEHRER, George. **Da monarquia à República: história do Partido Republicano do Brasil: 1870-1889**. 2a ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 2000.

BOGÉA, C. **A atuação política do periódico A Federação na campanha republicana**. Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, n. 162, 2022.

BUESO, C. F. M. **A construção do discurso republicano durante a Revolução Federalista nas páginas do A Federação**. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Porto Alegre, 2013.

BURKE, Peter. **A fabricação do rei**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

CARNEIRO, Paulo. **Ideias políticas de Júlio de Castilhos**. Brasília/Rio de Janeiro: Senado Federal/ Fundação Casa de Rio Barbosa, 1982, p.99-101.

CARVALHO, J. M. **As Forças Armadas na Primeira República: O Poder Desestabilizador**. In: FAUSTO, Boris (org.). História Geral da Civilização Brasileira. Tomo III, Vol. 9, Sociedade e Instituições (1889-1930). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**. O longo Caminho. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. cap. 1.

CARVALHO, José Murilo de. República, democracia e federalismo: Brasil, 1870-1891. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 31, n. 61, p. 11–30, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-87752011000100007>. Acesso em: 10 abr. 2025.

CARVALHO, José Murilo de (Org.). **Jornal de Timon**. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

CASTILHOS, Júlio de. **Pensamento político de Júlio de Castilhos**. Organização de Liana Bach Martins, Luís Antônio Costa da Silva e Gervásio Rodrigo Neves. Porto Alegre: Martins Livreiro Editora, 2003.

CASTILHOS, Júlio de. “Os sofismas - Exemplo das repúblicas sul-americanas”. **A Federação**, Porto Alegre, p.1, 18 abr. 1884.

CASTILHOS, Júlio de. “Os sofismas - Exemplo das repúblicas sul-americanas”. **A Federação**, Porto Alegre, p.1, 17 jun. 1884.

CASTILHOS, Júlio de. “Os sofismas - Exemplo das repúblicas sul-americanas”. **A Federação**, Porto Alegre, p.1, 18 jun. 1884.

CASTILHOS, Júlio de. “Os sofismas - Exemplo das repúblicas sul-americanas”. **A Federação**, Porto Alegre, p.1, 19 jun. 1884.

CASTILHOS, Júlio de. “Os sofismas - Exemplo das repúblicas sul-americanas”. **A Federação**, Porto Alegre, p.1, 20 jun. 1884.

CASTILHOS, Júlio de. “Os sofismas - Exemplo das repúblicas sul-americanas”. **A Federação**, Porto Alegre, p.1, 30 jun. 1884.

CASTILHOS, Júlio de. “Os sofismas - Não temos homens para a república”. **A Federação**, Porto Alegre, p.1, 28 fev. 1884.

CASTILHOS, Júlio de. “Os sofismas - Não temos homens para a república”. **A Federação**, Porto Alegre, p.1, 29 fev. 1884.

CASTILHOS, Júlio de. “Os sofismas - Temos liberdade demais”. **A Federação**, Porto Alegre, p.1, 8 mar. 1884.

CASTILHOS, Júlio de. “Os sofismas - Temos liberdade demais”. **A Federação**, Porto Alegre, p.1, 11 mar. 1884.

CASTILHOS, Júlio de. “Os sofismas - Temos liberdade demais”. **A Federação**, Porto Alegre, p.1, 31 mar. 1884.

CASTILHOS, Júlio de. “Os sofismas - Temos liberdade demais”. **A Federação**, Porto Alegre, p.1, 2 abr. 1884.

CASTILHOS, Júlio de. “Os sofismas - Temos liberdade demais”. **A Federação**, Porto Alegre, p.1, 4 abr. 1884.

CASTILHOS, Júlio de. “Os sofismas - Temos liberdade demais”. **A Federação**, Porto Alegre, p.1, 5 abr. 1884.

CASTILHOS, Júlio de. “Os sofismas - Temos liberdade demais”. **A Federação**, Porto Alegre, p.1, 14 abr. 1884.

CASTILHOS, Júlio de. “Os sofismas - Temos liberdade demais”. **A Federação**, Porto Alegre, p.1, 15 abr. 1884.

CASTRO, Celso. **Os militares e a República: um estudo sobre cultura e ação política**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1995.

CUNHA, L. A. O legado da ditadura para a educação brasileira. **CEDES**, Campinas, v. 35, n. 127, p. 357-377, abr-jun. 2014. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>

DIBRAQ. Partido Republicano Brasileiro. **Arquivo Nacional**, s/d. Disponível em: <https://dibrarq.arquivonacional.gov.br/index.php/partido-republicano-brasileiro>. Acesso em: 11 abr. 2025.

DOLHNIKOFF, Miriam. **Pacto Imperial: origens do federalismo no Brasil do século XIX**. São Paulo: Globo, 2005.

ERICKSEN, Nestor. **O sesquicentenário da imprensa rio-grandense**. Porto Alegre: Sulina, 1977.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Edusp, 1995.

FLORES, Moacyr. **História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Nova Dimensão, 1993.

FLORES, Moacyr. **Modelo Político dos farrapos**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

FLORES, Moacyr. **República rio-grandense**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

FRANCO, Sérgio da Costa. **História do Rio Grande do Sul: política, economia e cultura**. Porto Alegre: Globo, 1980.

FRANCO, Sérgio da Costa. **Júlio de Castilhos e sua época**. Porto Alegre: EDUFRGS, 1996.

GOMES, Neusa Demartini. **Formas persuasivas de comunicação política**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere. Caderno 12: Intelectuais e a Organização da Cultura** (volume 2, §1, p. 15-42).

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere. Caderno 13: Maquiavel, a Política e o Estado Moderno** (volume 3, §14-17, p. 33-46).

HABERMAS, Jürgen. “Do jornalismo literário aos meios de comunicação em massa”. In: MARCONDES FILHO, Ciro (Org.). **Imprensa e capitalismo**. São Paulo: Kairós, 1984.

HOHLFELDT, A; RAUSCH, F. “Júlio de Castilhos contra os sofismas liberais, nas páginas de A Federação”, in **Pauta Geral**, Salvador: Calandra, v.1, n.8, p. 97 - 113, ago. 2006.

HOLANDA, S. B. de. **Raízes do Brasil**. Rio de Janeiro: 12a. ed. Livraria José Olympio Editora S.A., 1978.

KIENTZ, Albert. **Comunicação de massa**. Rio de Janeiro: Eldorado, 1973.

- KÜHN, Fábio. **Breve história do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Novo Século, 2002.
- LAGE, Nilson. **A reportagem**. Rio de Janeiro: Record, 2006.
- LOVE, Joseph L. **O regionalismo gaúcho e as origens da Revolução de 1930**. São Paulo: Perspectiva, 1975.
- MARCONDES FILHO, Ciro. **Comunicação e jornalismo**. São Paulo: Hacker Editores, 2002.
- MARTINY, Carina. “**O Chefe Político dos Mais Avançados Republicanos**”: **Júlio de Castilhos e o Processo de Construção da República (1882–1903)**. 2018. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.
- MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O tempo saquarema: a formação do Estado Imperial**. São Paulo: Hucitec, 1990.
- MELO, José Marques de. **Jornalismo opinativo**. Campos do Jordão: Mantiqueira, 2003.
- MELO, José Marques de. **Teoria do jornalismo**. São Paulo: Paulus, 2006.
- MELLO, Maria Tereza Chaves de. **A modernidade republicana**. Tempo, v.13, n.26, p. 15-31, 2009.
- MEIRELLES, B. M. S. **Ideologia na educação do militar brasileiro**. In: BARBOSA, J. R. et al. *Militares e Política no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2018.
- MIGLIORANZA, C. I. V. **A doutrinação republicana através da imprensa**. III SIPECOM – Seminário Internacional de Pesquisa em Comunicação Universidade Federal de Santa Maria, 2007.
- MONTEIRO, Hiram Ayres. **Vênancio Ayres**. Taquarituba: Gril, 1997.
- MORAES, Carlos. **Figuras e ciclos da história rio-grandense**. Porto Alegre: Globo, 1959.
- MUSECOM. **A federação (1884-1937): da abolição à república**. Disponível em: <https://www.musecom.com.br/noticias/181/a-federacao-1884-1937-da-abolicao-a-republica>. Acesso em: 03 out. 2024.
- MUSEU JÚLIO DE CASTILHOS. **Júlio de Castilhos**. Porto Alegre: IEL/EMMA, 1978.
- NASCIMENTO, Carla Silva do. A “Questão Militar”: indisciplina e crise política em meio à crise hegemônica imperial (1868-1889). **Militares e Política**, n. 4, 2009.

NEVEU, Érik. **Sociologia do jornalismo**. São Paulo: Loyola, 2006.

PADOIN, Maria Medianeira. “O federalismo na propaganda republicana no Rio Grande do Sul: um retrospectiva histórica”. In: Gunter...[et al] (Orgs.) **Júlio de Castilhos e o paradoxo republicano**. Porto Alegre: Nova Prova, 2005.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1995.

PICCOLO, H. IL. **A crise do Império nas partes do Brasil: o caso do Rio Grande do Sul**. *História Unisinos*, v. 14, n. 1, p. 23-28, 2010.

PINHEIRO, Veralúcia. A espetacularização da educação moral dos Colégios Militares. **REVELLI-Revista de Educação, Linguagem e Literatura (ISSN 1984-6576)**, v. 8, n. 1, p. 42-59, 2016.

PINTO, Celi Regina J. **The positivist discourse of the Republican Party of Rio Grande do Sul: A successful political project in the Brazilian Old Republic**. 1986. Tese de Doutorado. University of Essex.

RAUSCH, F.; HOHLFELDT, A. **A campanha republicana nas páginas de A Federação (1884-1889)**. In: VIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação da Região Sul, 2007, Passo Fundo. *Anais...* Passo Fundo: Intercom, 2007.

RAUSCH, F.; HOHLFELDT, A. **Julio de Castilhos: jornalista em combate aos sofismas liberais**. Anais do 15º COMPÓS, 2006, Brasil. 2006.

RAUSCH, F.; HOHLFELDT, A. **Jornal A Federação: O difusor da propaganda republicana gaúcha**. *Signos*, ano 28, n. 1, p. 7-21, 2007.

RODRIGUES, F. S. **Intelectuais e militares brasileiros: a construção do Estado autoritário e o pensamento nacionalista (1930-1945)**. In: BARBOSA, J. R. et al. *Militares e Política no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

RÜDIGER, Francisco. **Tendências do jornalismo**. Porto Alegre: EDUFRGS, 2003.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa M. **Brasil: uma biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SCHWARTZMAN, S. **Bases do autoritarismo brasileiro**. 4. ed. Rio de Janeiro: Publitz Soluções Editoriais, 2007.

SILVA, L. O. **Projeto nacional e politização das Forças Armadas, 1944-1964**. In: BARBOSA, J. R. et al. *Militares e Política no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

SOUZA, André Pereira. **O jornalismo gaúcho e o contexto político do século XIX.** Coletiva.net, 30 set. 2022. Disponível em: <https://www.coletiva.net/artigos/o-jornalismo-gaucha-e-o-contexto-politico-do-seculo-xix.132346.jhtml>. Acesso em: 11 abr. 2025.

TORRES, J. C. de O. **O Positivismo no Brasil.** Rio de Janeiro: Vozes, 1957.

XAVIER DA CUNHA, F. 1914. **Reminiscências.** Rio de Janeiro, Imprensa Nacional.